



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



RELATÓRIO DE GESTÃO



**PODER
JUDICIÁRIO**
DO ESTADO DO ACRE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

0

1

3



PODER
JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE



Des.ª Cezarinete Angelim
Vice-Presidente



Des. Roberto Barros
Presidente



Des. Pedro Ranzi
Corregedor Geral da Justiça

CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE



Des.ª Eva Evangelista
 Membro



Des. Roberto Barros
 Presidente



Des. Samoel Evangelista
 Membro



Des. Pedro Ranzi
 Corregedor Geral da Justiça



Des. Adair Longuini
 Membro

TRIBUNAL PLENO



Des.ª Cezarinete Angelim
 Vice-Presidente



Des. Francisco Djalma
 Membro



Des.ª Waldirene Cordeiro
 Membro



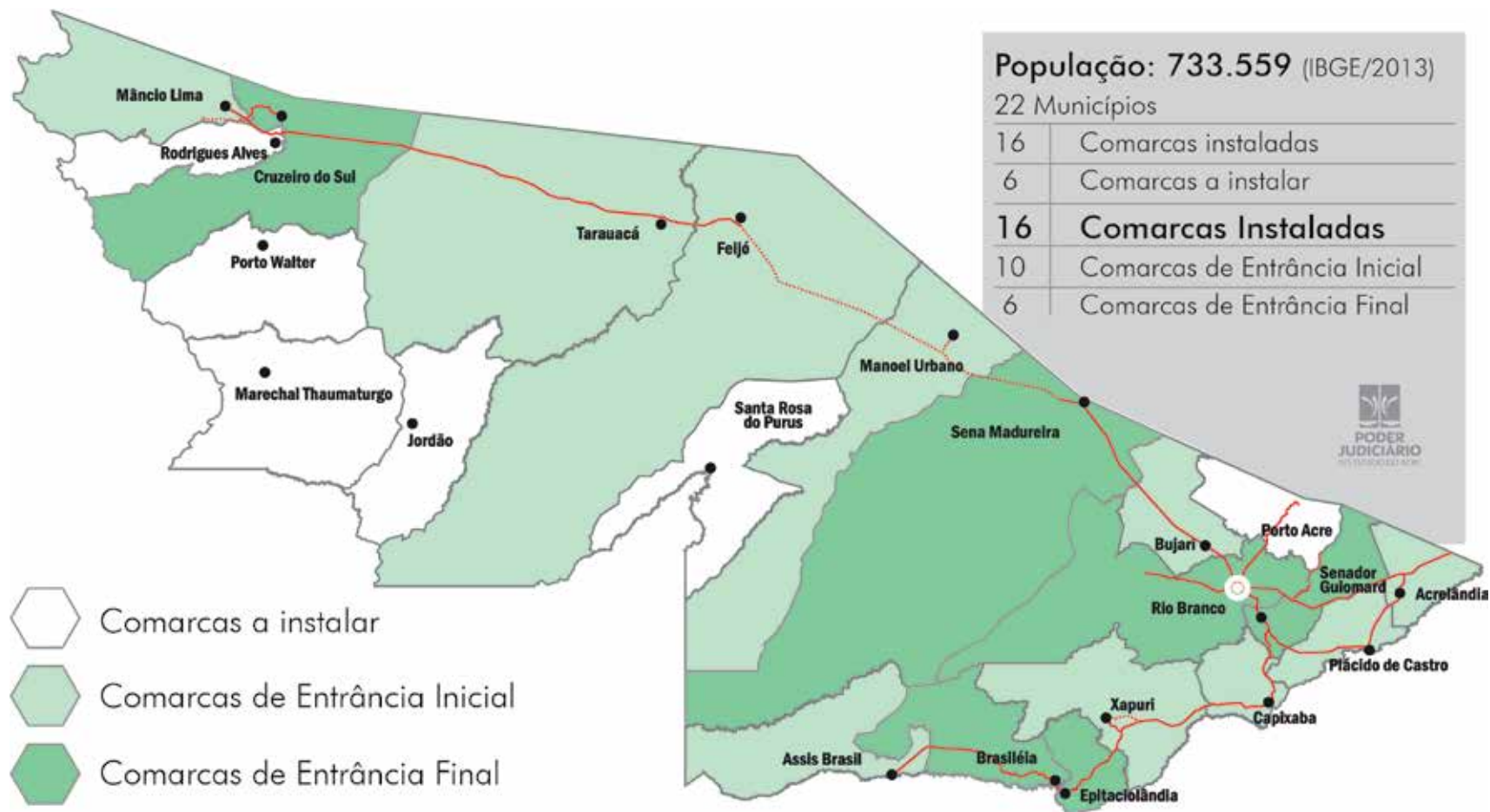
Des.ª Regina Ferrari
 Membro



Des.ª Denise Bonfim
 Membro



ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA



SUMÁRIO

1.	SOCIEDADE	.19
1.1.	Atuação institucional	19
a.	Comemoração dos 50 anos do Poder Judiciário Acreano;	19
b.	Consolidar a Política de Comunicação Institucional;	27
c.	Fiscalizar e exigir a melhoria dos serviços extrajudiciais.	29
1.2.	Responsabilidade Social e Ambiental.	30
a.	Programa Começar de Novo	31
b.	Cidadania e Justiça na Escola	31
c.	Audiência Pública	34
d.	ECA na Comunidade: Direitos e Deveres.	34
e.	Justiça Comunitária	35
f.	Projeto Cidadão	37
g.	Natal solidário	38
2.	PROCESSOS INTERNOS	.42
2.1.	Modernização administrativa e desenvolvimento institucional	42
a.	Reforma administrativa	42
b.	Modernização dos cartórios extrajudiciais: Selo digital	44
c.	Ampliação das atividades do Juizado de Transito	47
d.	Projeto de Virtualização dos processos judiciais.	47

2.2.	Eficiência operacional	49
a.	Execução Fiscal Eletrônica	49
b.	Processo judicial eletrônico	51
c.	Fiscalização das Serventias Extrajudiciais	54
d.	Simplificação das rotinas de trabalho.	57
e.	Índice de eficiência - IPC-JUS	58
3.	RECURSOS.	64
3.1.	Orçamento.	64
a.	Readequação do orçamento à nova estrutura administrativa.	64
b.	Melhoria no processo de arrecadação relativo aos recursos próprios.	65
c.	Execução orçamentária 2013	66
d.	Captação de recursos via convênio e acordos de cooperação.	68
e.	Avaliação do Plano Plurianual – PPA	68
3.2.	Gestão de Precatórios	72
3.3.	Infraestrutura e tecnologia.	74
3.4.	Gestão de pessoas.	77
4.	DESEMPENHO ESTRATÉGICO	90
4.1.	Mapa Estratégico	91
a.	Avaliação do Mapa Estratégico	92
4.2.	Metas Nacionais.	94
4.3.	Justiça em Números	97



APRESENTAÇÃO

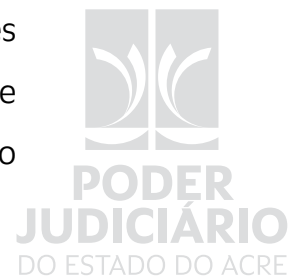
A garantia de direitos e democratização do acesso à Justiça representam os pilares que fundamentam a missão do Poder Judiciário do Estado do Acre. Ela pressupõe uma prestação contínua e regular dos serviços jurisdicionais, com eficiência e eficácia, o que requer das Administrações um olhar focado em processos de gestão que permitam um melhor uso dos recursos disponíveis.

É nesse sentido, e em particular, a partir da implementação do Planejamento Estratégico, que as ações vêm sendo implementadas, sempre com o objetivo de fortalecer e implantar novas metodologias/tecnologias para o aprimoramento do sistema de Justiça no Estado do Acre, modernizando estruturas, fortalecendo as unidades prestacionais, aperfeiçoando e capacitando sua força de trabalho, além da forte atuação no quesito da responsabilidade social.

Notadamente, é necessário compreender que o nível de modernização e capacidade de atendimento às populações do Estado, depende de uma dotação orçamentária que lhe garanta os investimentos necessários e manutenção regular de suas atividades.

Assim, as parcerias institucionais concebidas anualmente, aliadas aos Fundos Especiais, constituem uma fonte de receita que auxiliam na consecução dos planos estratégicos do Tribunal.

Este relatório, portanto, visa demonstrar os usos dos recursos provenientes das mais diversas fontes e os resultados institucionais alcançados no exercício de 2013 à luz das iniciativas estabelecidas no Plano de Gestão, das metas do Plano Plurianual e do Planejamento Estratégico.



ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Missão

*Garantir os Direitos do Jurisdicionado no Estado do Acre,
com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a
sociedade.*



ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Visão

Ser reconhecido, até 2015, pelo Jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de Magistrados e Servidores motivados, capacitados e valorizados.





**GESTÃO, INOVAÇÃO E
RESULTADOS.**





Sociedade

1





Foto: Sessão solene. Exposição do vídeo em homenagem póstuma ao Des. Lourival Marques



1. SOCIEDADE

1.1. Atuação institucional

Este tema visa à adoção de medidas que contribuam para o fortalecimento e a integração do Poder Judiciário do Estado do Acre com as demais unidades e segmentos do Poder Judiciário Nacional, com os Poderes Executivo e Legislativo, demais instituições e, acima de tudo, com a sociedade.

Nesse sentido, para o Plano de Gestão 2013-2015 foram priorizadas ações que fortalecessem as relações institucionais já pactuadas, como também a melhoria na prestação dos serviços à sociedade e de integração com esta, em especial seguintes as ações.

a. Comemoração dos 50 anos do Poder Judiciário Acreano;

Com a emancipação política do Acre em 1962, os poderes Legislativo e Executivo foram estruturados e começaram a formar a base para a administração local. No entanto, o Poder Judiciário só viria a ser criado após a primeira Constituição Estadual. Assim, no aniversário de um ano da assinatura da Lei que emancipava o Estado, em 15 de junho de 1963, foi instalado o Tribunal de Justiça do Acre.

A partir desse momento, começa o grande desafio de estruturar o Poder Judiciário em um Acre que se reinventava. Um Acre que acabara de deixar de ser território para assumir a categoria de Estado. Um Acre que vivia a autonomia política e podia escolher, nas urnas, suas lideranças. Um Acre que acabara de consolidar sua Constituição Estadual normatizando os anseios de um povo que buscava a liberdade, o crescimento econômico, social e cultural.

Com a chegada de seu cinquentenário – 15 de junho de 2013 – e imbuído do sentimento de aproximação do judiciário com a sociedade, e também de se fazer um resgate histórico das personalidades e instituições que contribuíram e marcaram a trajetória histórica de uma Instituição essencial para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento social do Estado, foi realizada uma série de eventos para marcar essa data histórica.

A comemoração desse evento se deu pela realização de várias atividades ao longo do ano de 2013, quais sejam:



Foto: Lançamento do selo postal Foto: selo e carimbo postais



Foto: Edição especial do mutirão de conciliação

■ Grande solenidade de abertura oficial em comemoração ao cinquentenário

A solenidade de abertura em comemoração ao cinquentenário, ocorreu no dia 14 de junho em sessão solene, transmitida ao vivo pelo site do Tribunal (p. 18).

■ Lançamento de selo e carimbo postais comemorativos.

Após a sessão, ocorreu o segundo momento relacionado às comemorações: o lançamento de selo e carimbo postais alusivos ao cinquentenário do TJAC (p. 20).

■ Edição Especial do Mutirão da Conciliação.

A edição especial do Mutirão da Conciliação aconteceu na sede dos Juizados Especiais (antigo colégio Dom Pedro), no período de 24 a 28 de junho. A ação foi concebida como parte da programação alusiva aos 50 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Acre (p. 20).



A conciliação é um meio alternativo de resolução de conflitos em que as partes confiam a uma terceira pessoa (neutra), o conciliador, a função de aproximá-las e orientá-las na construção de um acordo.

O conciliador é uma pessoa da sociedade que atua, de forma voluntária e após treinamento específico, como facilitador do acordo entre os envolvidos, criando um contexto propício ao entendimento mútuo, à aproximação de interesses e à harmonização das relações.

A conciliação também é o modo de resolução de conflitos mais rápido, mais barato, e mais eficaz. E nela não há risco de injustiça, na medida em que são as próprias partes que, mediadas e auxiliadas pelo juiz/conciliador, encontram a solução para o conflito de interesses. Portanto, nela não há perdedor.

O Mutirão da Conciliação garantiu a resolução de 803 processos judiciais em apenas cinco dias. Os números sinalizam também que houve um recorde na quantidade de acordos realizados, que alcançaram um total de 363 ou seja 47% de acordos celebrados entre as partes por meio da conciliação. Isso equivale a um índice superior àquele que geralmente é alcançado pelos tribunais brasileiros, cuja média se aproxima de 35%.

■ Encerramento da primeira fase do Projeto de virtualização.

Para comemorar o encerramento desta primeira etapa do Projeto, foi realizada uma solenidade no Fórum da Comarca de Assis Brasil com a presença de autoridades locais e do presidente do TJAC, desembargador Roberto Barros. Para ele, o momento é de celebrar uma



Foto: Acervo de processos físico para digitalização e digitalização dos processos



vitória que considera simbólica porque ocorreu no ano em que o TJAC completa 50 anos de instalação, além de proporcionar mais celeridade aos trabalhos prestados pelo Poder Judiciário.

O projeto de virtualização começou em 2008, na gestão da desembargadora Izaura Maia com a criação da Vara de Violência Doméstica, sendo em seguida incluído no Planejamento Estratégico do TJAC como ação prioritária, pois além de essencial ao desenvolvimento do tribunal e promove maior acessibilidade aos cidadãos.

Assim, o projeto teve continuidade nas gestões dos desembargadores Pedro Ranzi (2009-2011), Adair Longuini (2011-2013).

Para que a primeira fase do projeto (1º grau) fosse finalizada, foi necessário estabelecer parceria com a empresa de telecomunicações “Oi” para que fosse instalado um link de dados naquela localidade. O link foi instalado no mês de junho, por meio de fibra ótica, tornando o sinal mais rápido e o envio de dados eficiente.



■ **Semana Nacional de Conciliação (2 a 06 de dezembro).**

Ocorreram na semana de 2 a 6 de dezembro, as atividades da Semana Nacional de Conciliação. Atividade também foi concebida como parte das programações do cinquentenário do Judiciário Acreano, a exemplo do que foi a edição especial, realizada em junho por ocasião da abertura das comemorações.

A ação pelo Tribunal consistiu na identificação dos processos, que poderão ser vinculados ao Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUS), e intimação das partes diretamente por telefone ou outros meios eletrônicos de comunicação.

Sobre a importância da semana, o presidente do TJAC, desembargador Roberto Barros pontuou que “a missão do Tribunal de Justiça é pacificar a sociedade e a conciliação é uma das maneiras de atingir essa meta”.

Durante a semana foram realizadas audiências de procedimento pré-processual e de processos do 1º grau. Na fase pré-processual foram acordados valores na ordem de R\$ 577 mil.

■ **Sessão solene em homenagem aos desembargadores de ontem e hoje**

Na semana especial alusiva aos ao Cinquentenário do Tribunal de Justiça do Acre, as festividades tiveram continuidade com a realização de uma Sessão Solene, no dia 5 de dezembro, em homenagem aos desembargadores de ontem e de hoje.

As homenagens tiveram início com a entrega da primeira Medalha do Cinquentenário ao desembargador aposentado (de ontem) Minervino Bezerra, por ser o membro mais antigo presente no Plenário.



Sessão solene em homenagem aos desembargadores de ontem e hoje



Cerimônia de Posse de Juiz



Posse de 11 novos juízes de Direito substitutos



Lançamento da Revista dos 50 anos

Cada um dos membros da Corte presentes de semelhante modo foi homenageado. Todos eles receberam a Medalha e o diploma referentes a sua dedicação e serviços prestados à instituição, ao longo de anos de trabalho.

O desembargador Lourival Marques (falecido no transcorrer das festividades, em maio deste ano), foi lembrado por diversas vezes e por várias autoridades durante a solenidade. Cada qual a sua maneira destacou a contribuição que ele teve para que a Justiça Acreana despontasse em posição de destaque, ao longo de cinco décadas, não só no Estado, mas no País.

■ Cerimônia de Posse de Juiz

Na mesma da sessão em que homenageou os desembargadores, o presidente Roberto Barros empossou Fábio de Farias no cargo de juiz de Direito substituto do Poder Judiciário do Acre. Ao prestar juramento, o magistrado considerou que “a missão é ao mesmo tempo um privilégio e uma grande responsabilidade, que pretende honrar com todo intento”.

■ Lançamento da Revista dos 50 anos

Ainda durante a Sessão Solene de homenagens, foi lançada a revista “50 anos de Justiça e Cidadania”, com reportagens e depoimentos de quem viveu a história de meio século do TJAC.

Em suas 84 páginas, a revista sintetiza a história da instituição, como nasceu e como está hoje; o seu crescimento e modernização; suas transformações; sua contribuição social e cidadã no Estado; seus magistrados e servidores etc.

■ Posse de 11 novos juízes de Direito substitutos

O Judiciário Acreano passa a contar com mais 11 novos juízes. Eles foram empossados no cargo em cerimônia realizada no dia 6 de dezembro na sede da instituição, oportunidade em que se comemorou o cinquentenário da Justiça Acreana.

Em nome da Corte de Justiça, o desembargador Francisco Djalma saudou os empossados, destacando o sentimento de seus pares: “É um momento de júbilo”. Ele também sustentou que eles chegam no momento “em que a Justiça tem sido desafiada a não cair em descrédito pela sociedade”.

Em seguida a desembargadora Cezarinete Angelim leu a ‘Prece do Juiz’, cujo trecho evidencia a responsabilidade do cargo.

“Da minha decisão depende o destino de muitas vidas. Sábios e ignorantes, ricos e pobres, homens e mulheres, os nascituros, as crianças, os jovens, os loucos e os moribundos, todos estão sujeitos, desde o nascimento até a morte, à Lei que eu represento e a Justiça que eu simbolizo. Quão pesado e terrível é o fardo que puseste nos meus ombros”.



homenageados servidores aposentados, magistrados, instituições e personalidades que ajudaram a construir os 50 anos do Poder Judiciário



■ Homenagens

O Tribunal de Justiça do Acre encerrou as festividades alusivas aos 50 anos de sua instalação exatamente onde tudo começou: em frente ao Palácio da Justiça, que durante anos foi à sede da Justiça Estadual.

Durante a solenidade foram homenageados servidores aposentados, magistrados, instituições e personalidades que ajudaram a construir os 50 anos do Poder Judiciário.

Receberam a Medalha do Cinquentenário as instituições de Ensino Superior Universidade Federal do Acre (Ufac), a Faculdade da Amazônia Ocidental (Faao) e União Educacional do Norte (Uninorte). A administração direta e indireta também foi prestigiada por meio do Detran, Sesi, Sesc, Senac, Sebrae. As empresas Ipê Empreendimentos Imobiliários e Miragina Indústria e Comércio também receberam a comenda, haja vista seu apoio às atividades do Judiciário Acreano.

Receberam a honraria ainda o Exército Brasileiro no Acre, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

O presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac) recebeu a Medalha do Cinquentenário, a qual também foi entregue ao presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Acre (Sinspjac), Leuson Rangel.

Dentre os servidores homenageados destacam-se: o servidor (ex-juiz de Paz) José Branco; as servidoras aposentadas Antônia Aparecida, Ruth Bady e Eil Janete; além do servidor aposentado Jerônimo D'albuquerque.

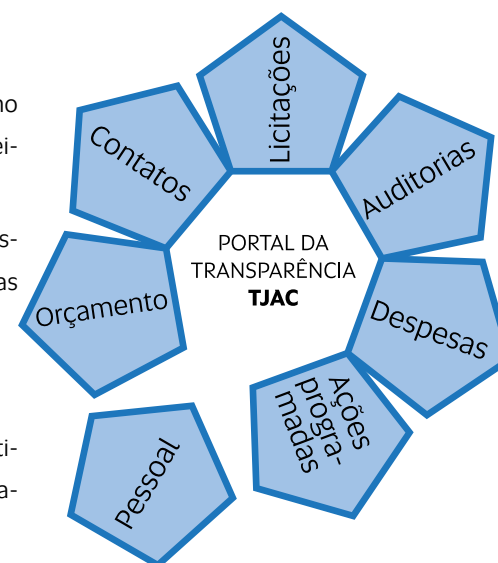
b. Consolidar a Política de Comunicação Institucional;

O propósito da iniciativa é fortalecer os instrumentos de comunicação existentes no Tribunal e assim atender às demandas dos cidadãos, tornar mais transparente e aperfeiçoar a prestação jurisdicional.

Dentre esses mecanismos, destaca-se o portal da transparência, o portal de Acesso a Informação, a Ouvidoria, os Portais de Internet e Intranet, o Estúdio de Rádio e as mídias sociais.

■ Portal da transparência e Ouvidoria

Através desses meios de comunicação, o cidadão poderá reclamar, denunciar, criticar, elogiar, esclarecer suas dúvidas e apresentar sugestões sobre os serviços e atividades.



des do Judiciário. As manifestações serão encaminhadas aos setores administrativos competentes e o interessado será informado sobre as providências adotadas.

No mês de novembro, a coordenação da Ouvidoria esteve nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia para instalar as caixas de coleta de manifestações, um espaço reservado para o recebimento de sugestões, críticas, reclamações e elogios sobre a atuação do Poder.



■ Estúdio de Rádio

No Plano de Comunicação do Tribunal de Justiça, embora todos os veículos sejam necessários, o rádio ocupa lugar de destaque. Pensando nisso, o projeto de criação de estúdio para a produção de matérias e entrevistas pela própria Diretoria de Informação Institucional significa a possibilidade clara de efetividade da notícia.

O projeto já passou por todas as fases e está em pleno funcionamento. Hoje são enviadas matérias para cinco rádios, além de flashes diários e ao vivo no programa Gente em Debate, da Rádio Difusora Acreana (atualmente o programa de rádio com maior audiência no Estado), em cadeia com as rádios de todos municípios do Acre.

■ Mídias sociais

As inovações tecnológicas vêm tomando cada vez mais espaço em todas as áreas do conhecimento e da comunicação. O desafio remete o Tribunal de Justiça a uma nova forma de atuar junto aos jurisdicionados. O TJAC tem assumido esse compromisso de se reinventar a cada dia no mundo da informação digital, rápida e com uma linguagem diferente da tradicional. Assim, a atuação nas chamadas redes sociais tem ocorrido constantemente por meio, principalmente de matérias diárias publicadas nos perfis institucionais no Twitter e Facebook.

■ Clipagem

A clipagem é mais um serviço disponibilizado pelo TJAC para facilitar e aproximar a comunicação com a sociedade. O serviço está no ar desde 2009 e é essencial na medição dos resultados atingidos e no planejamento de mídia, sobretudo quanto ao volume e a quantidade das informações veiculadas.

A ferramenta também permite a realização do levantamento acerca das notícias relacionadas ao Judiciário Estadual veiculadas nos principais jornais diários, portais, sites e blogs de notícias locais e nacionais.

■ Campanhas Publicitárias

No intuito de promover divulgação das ações do Poder Judiciário, no ano de 2013, além das ações expostas, a Diretoria de Informação Institucional por meio da gerência de Comunicação, promoveu as seguintes campanhas publicitárias:

- ▶ Campanha doação de brinquedos
- ▶ Plantão da Conciliação
- ▶ Mutirão da Conciliação
- ▶ Censo Nacional do CNJ
- ▶ Projeto Sebo do Centro Cultural
- ▶ Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação dos Usuários
- ▶ Pesquisa
- ▶ Semana Nacional da Conciliação 2013

c. Fiscalizar e exigir a melhoria dos serviços extrajudiciais.

Em junho de 2006, o Conselho de Administração do TJAC aprovou a Resolução nº 09/2006, reduzindo o número de cartórios em todo o Estado de 97 para 30 e estabeleceu o número de cartórios por município. Essas medidas foram tomadas para garantir a eficiência, a celeridade e a garantia da prestação dos serviços nos 22 municípios acreanos.

Depois dessa medida, procedeu-se a realização do concurso público para preenchimento das 30 vagas disponíveis no Estado, vez que, segundo a Constituição Federal, o ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos.

Finalizado esse processo, cabe ao Judiciário, quanto aos serviços oferecidos, fiscalizar os cartórios de modo a garantir à qualidade dos serviços prestados a sociedade e em caso de qualquer problema, a delegação do serviço notarial pode ser suspensa.

Desta forma, periodicamente, a Corregedoria Geral de Justiça realiza correição nos cartórios extrajudiciais. Em 2013, o corregedor geral da Justiça, desembargador Pedro Ranzi, deu início, no dia 2 de agosto, a uma série de visitas com o objetivo de realizar os trabalhos correicionais nos cartórios.

O procedimento de correição é rotineiro e busca fiscalizar as tarefas dos serviços notariais e de registro, sua regularidade, além de apurar denúncias, reclamações e sugestões apresentadas. Também são observadas a infraestrutura, a qualidade do serviço, o atendimento e a arrecadação das unidades extrajudiciais, além do andamento do processo de implantação do Selo Digital, que busca garantir



Corregedoria Geral de Justiça realiza correção nos cartórios extrajudiciais



maior eficácia e segurança aos atos notariais e de registro, bem como subsidiar a fiscalização e recolhimento dos fundos de compensação e reaparelhamento do Judiciário Acreano.

1.2. Responsabilidade Social e Ambiental

A iniciativa estratégica visa promover e potencializar as ações dos projetos sociais, de forma a democratizar o acesso à justiça. Nesse sentido, no ano de 2013, foram executados sete Programas Sociais, voltados para a prevenção e capacitação, conscientização e ressocialização de reeducandos; oferecer orientações jurídicas a comunidades carentes, mediação e conciliação e prover resgate à cidadania por meio do acesso a documentação, que juntos totalizaram 18.908 (dezoito mil, novecentos e oito) pessoas atendidas. Abaixo segue a estatística de atendimentos de cada programa.

TABELA RESUMIDA DOS PROGRAMAS EXECUTADOS EM 2013

DADOS POR PROGRAMA SOCIAL			
PROGRAMA	LOCAL DE EXECUÇÃO	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS	TOTAL
COMEÇAR DE NOVO	Comarcas de Rio Branco	5.590	5.918
	Comarca de Sena Madureira	31	
	Comarca de Cruzeiro do Sul	113	
	Comarca de Tarauacá	40	
	Comarca de Xapuri	20	
	Comarca de Acrelândia	20	
	Comarca de Plácido de Castro	20	
	Comarca de Senador Guiomard	84	
CIDADANIA E JUSTIÇA NA ESCOLA	Comarca de Rio Branco	668	798
	Comarca de Assis Brasil	130	
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Comarca de Rio Branco	136	136
ECA NA COMUNIDADE: DIREITO E DEVERES	Comarca de Rio Branco	1.114	1.114



JUSTIÇA COMUNITÁRIA: CONVÊNIO Nº 759479/2011, (TJAC e MJ)	Núcleo do Bairro Sobral Núcleo do B. Tancredo Neves Núcleo do M. Plácido de Castro Núcleo do Município de Bujari Núcleo do M. de Acrelândia	2.148 1.772 1.101 399 100	5.520
JUSTIÇA COMUNITÁRIA: CONVÊNIO Nº 013/2012, (TJAC e PMRB)	Cras do Bairro Triângulo Cras do Bairro Calafate Cras do Bairro da Paz Cras do Bairro Santa Inês Cras do Bairro Vitória	1.156 758 703 514 514	3.645
PROJETO CIDADÃO	Comarca de Rio Branco	1.777	1.777
TOTAL GERAL			18.908

a. Programa Começar de Novo

As ações sociais são uma marca registrada do programa, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenado, no Acre, desde 2007, pela juíza titular da Vepma, Maha Manasfi.

O programa visa à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. O principal objetivo do programa, portanto, é promover a cidadania e assim, reduzir a reincidência de crimes.

Durante o ano de 2013 já foram disponibilizados, através das instituições parceiras SENAC, SEST/SENAT, SENAI E CETEM, cursos em todas as comarcas do Estado. No total, foram oferecidas 1.740 vagas em várias modalidades de cursos profissionalizantes, como cursos de pintor, pedreiro, eletricista, operador de caixa, mecânico de motos, massagista, cabeleireiro, manicure, operador de máquinas florestais, mecânico de auto, técnico em refrigeração, mecânico de motor de polpa, entre outros.

b. Cidadania e Justiça na Escola

O Projeto Cidadania e Justiça na Escola foi implantado pela Escola do Poder Judiciário (Esjud) em maio de 2012. O objetivo do projeto é contribuir para a conscientização das crianças sobre seus direitos e deveres, bem como melhorar a interação entre os membros do Poder Judiciário e a comunidade. O foco do trabalho é a formação de crianças, estudantes das escolas públicas, como agentes multiplicadores de saberes e práticas sociais.

O Projeto Cidadania e Justiça na Escola no ano de 2013 foi desenvolvido em cinco etapas, alcançando 668 alunos contemplados com as ações nos municípios de Rio Branco e Assis Brasil.



Programa Começar de Novo: As ações sociais são uma marca registrada do programa



O Projeto Cidadania e Justiça na Escola no ano de 2013 foi desenvolvido em cinco etapas, alcançando 668 alunos



A primeira fase os alunos trabalharam a cartilha “Os três poderes”. Durante duas semanas, os juízes que participam do programa visitaram as nove escolas da rede municipal de ensino, onde ministraram palestras baseadas no conteúdo da cartilha “Os três poderes”. Além da cartilha, os magistrados também utilizaram como material didático, recursos audiovisuais, como imagens, músicas e vídeos produzidos a partir de conteúdo disponibilizado pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

Na segunda fase de palestra, os alunos trabalharam a cartilha “Cidadania: Direitos e Deveres”. Durante o mês de agosto, os estudantes de 5ª série de escolas públicas municipais concluíram a primeira fase da edição 2013 do programa, que envolve palestras ministradas por magistrados no ambiente escolar.

Na terceira fase houve visita à instituição, onde os Estudantes iniciaram a fase de visitas à instituição, sendo que nove escolas irão conhecer a rotina de juízes e servidores do Poder Judiciário.

Na quarta fase teve realização do Júri Simulado no Fórum Barão do Rio Branco e no Fórum de Assis Brasil.

E na 5ª fase houve o concurso de redação. A cerimônia de encerramento da atividade foi uma celebração dos estudantes, instituições parceiras e magistrados que durante sete meses dedicaram parte de seu tempo dividindo conhecimento com alunos da 5ª série de onze escolas da rede municipal de ensino da capital e interior. Vale informar que a Comarca de Assis Brasil não realizou esta etapa por motivo de remoção do Juiz Hugo Barbosa Torquato para a Comarca de Cruzeiro do Sul.

Participaram do Projeto em Rio Branco as Escolas: Álvaro Vieira da Rocha, Anice Dib Jatene, Ione Portela da Costa Casas, Chico Mendes, Wilson Ribeiro, José Potyguara, Francisco Augusto Bacurau, Maria Lúcia Moura Marin e Padre Peregrino Carneiro de Lima. Vide abaixo estatística do programa:



c. Audiência Pública

O Programa Audiência Pública, comandado pelo juiz de Direito Cloves Cabral e veiculado pela Rádio Difusora Acreana - A Voz das Selvas, na frequência 1400 AM, do Sistema Público de Comunicação para todo o Estado do Acre, às segundas-feiras, entre 8h10 e 8h45, é uma ação social institucionalizada pelo Tribunal de Justiça do Acre no ano de 2011.

São quase 13 anos no ar, contribuindo para a aproximação entre o Judiciário e a população, servindo como instrumento de educação e orientação, especialmente aos menos favorecidos e socialmente mais necessitados.

A meta estabelecida para o Programa durante este ano, era atender 140 pessoas, diretamente por meio de ligações telefônicas, cartas, e-mail, etc., e indiretamente todos os ouvintes. Assim, foram várias oportunidades de participação direta dos cidadãos durante a execução do programa, totalizando 136 ouvintes contemplados.

OBS.: O programa, apesar da grande audiência e abrangência, apresenta dificuldades para aferição do indicador de pessoas beneficiadas, uma vez que a rádio não dispõe de um mecanismo para aferir a quantidade de ouvintes sintonizados no momento da exibição do programa. A Difusora Acreana, é sintonizada além das fronteiras do território acreano.



d. ECA na Comunidade: Direitos e Deveres

O Programa tem como objetivo o atendimento direto com palestras educativas, perguntas sobre direitos da criança e adolescente, cidadania, bem como prevenção e resolução de situações de risco social que envolva esses alunos, coibindo e minimizando a ocorrência de agressões ou quaisquer outros atos infracionais, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

As ações são promovidas por uma equipe formada por: juiz de direito, promotor de justiça ligado à Vara da Infância e da Juventude,



uma psicóloga e uma pedagoga. Nas palestras são abordados temas como o bullying e outras formas de violência, conscientizando os estudantes das penalidades previstas na lei para aqueles que praticam tais atos e, sobretudo, de que toda forma de violência deve ser combatida.

Além disso, procurou-se sensibilizar e conscientizar os pais de sua responsabilidade na educação de crianças e adolescentes e da necessidade de estabelecer com os filhos uma relação baseada no amor, no respeito, na proteção, e, sobretudo nos bons exemplos.

As atividades tiveram início com um seminário realizado pela unidade de policiamento escolar da Polícia Militar do Estado do Acre, que também é parceira do programa. No evento, foram discutidas as várias situações de violência ocorridas nos estabelecimentos de ensino, suas causas e como agir diante dessas situações.

A partir do fórum, as atividades se estenderam pelas escolas da rede pública de ensino e particulares. A primeira escola a receber o projeto “Eca na Comunidade: Direitos e Deveres” no ano de 2013 foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental José Cezário de Freitas, situada no Km 53 da BR 364, no município do Bujari.

Nos dias 1º e 02 de abril, proferiram palestras sobre bullying no Colégio Meta, em Rio Branco. O trabalho foi direcionado aos alunos do 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio. Posteriormente, estendido para o 8º ano, face aos resultados positivos alcançados na primeira edição.

As atividades se estenderam durante o ano, atendendo a programação inicial bem como aos pedidos extraordinários da direção das escolas, fazendo com que o programa totalizasse 1.114 alunos/responsáveis com as palestras.

e. Justiça Comunitária

O objetivo deste programa é oferecer orientações jurídicas à sociedade carente, conscientizando a população sobre seus direitos e deveres, bem como, incentiva a solução de pequenos conflitos de maneira rápida e amistosa por meio da mediação realizada por agentes comunitários.

Em face do modus operandi do programa, que requer equipes de trabalho de campo para realização das ações, faz-se necessário a formalização de convênios e parcerias com diversas instituições visando financiar o trabalho. Dentre os principais parceiros está o Ministério da Justiça, com aporte financeiro 486.309,93, a Prefeitura de Rio Branco e o Governo do Estado do Acre.

Do volume total de recursos oriundo do Convênio nº 759479/2011 firmado no dia 23 de julho de 2012, para as atividades do ano de 2013, foram utilizados no exercício R\$ 99.171,39 mil.



Comunidade



ECA na Comunidade: Direitos e Deveres



Projeto Cidadão

A primeira ação realizada foi à capacitação dos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania e Equipe Multidisciplinar que irão atuar nas comunidades.

Na ação elencada pelo convênio, foram contemplados os Núcleos localizados nos municípios de Acrelândia, Bujari, Plácido de Castro e Rio Branco. Os serviços oferecidos foram: mediações, encaminhamentos, informações, atendimentos psicossociais, palestras e visitas domiciliares.

Com uma equipe formada por psicólogo, assistente social, agentes comunitários, o programa Justiça Comunitária participou da ação “Um Dia de Cidadania”.

A mobilização ocorreu em 19 de abril (Dia do Índio), no Centro de Referência da Regional (CRR) da Baixada da Sobral, com a parceria da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado.

Outra ação exemplar do Programa Justiça Comunitária foi uma mediação coletiva acerca de políticas públicas realizada no dia 20 de fevereiro, em Rio Branco. A ação envolveu cerca de 100 moradores do bairro Tancredo Neves e o comando do 5º Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo policiamento do bairro.

f. Projeto Cidadão

Desde 1995, o Tribunal de Justiça do Acre promove, por meio do Projeto Cidadão, o acesso facilitado da comunidade a diversos serviços. Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito à documentação básica, bem como o acesso rápido e gratuito aos serviços públicos de saúde, educação, trabalho, meio ambiente e segurança.

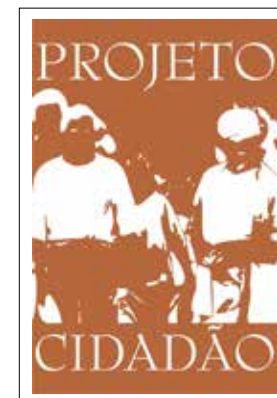
O Projeto Cidadão é responsável por 40% dos casamentos realizados no Estado do Acre. Além disso, de acordo com a última pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Acre é o Estado com a maior taxa de casamentos do País.

Dos inúmeros serviços prestados pelo Projeto Cidadão, o Casamento Coletivo é um dos mais procurados pela população, já que representa uma forma inteiramente gratuita, rápida e desburocratizada de contrair matrimônio.

Ao longo dos seus 18 anos de existência, o Projeto Cidadão registra a realização de mais de 30 mil casamentos em todo o Acre.

De natureza itinerante, o Projeto Cidadão, percorre todo o estado do Acre, proporcionando à população carente inúmeros serviços, como:

- ▶ Emissão de documentos;
- ▶ Orientação e assistência jurídica;
- ▶ Palestra sobre meio ambiente, segurança;





Natal solidário

- Oficinas de arte e educação;
- Primeiros socorros;
- Serviços na área de saúde;
- Atividades esportivas e culturais.

No ano de 2013 o Programa teve suas ações voltadas aos serviços de busca e solicitação de certidões de nascimento, casamento e óbito, emitidos tanto no Estado do Acre como em outros Estados e também da ação do casamento coletivo.

No ano, foram atendidas 1.777 pessoas, sendo 1.102 com expedição de documentos e 675 referentes ao casamento coletivo. O evento foi realizado em parceria com o Governo do Estado do Acre, Sindicato dos Fotógrafos do Acre, e com os Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Rio Branco.

g. Natal solidário

No mês de dezembro o Tribunal de Justiça do Acre realizou a entrega de alimentos não perecíveis a entidades de assistência social em Rio Branco.

As doações são provenientes da validação de inscrição dos candidatos que participaram do Processo Seletivo para Estágio de Nível Superior, juiz leigo e conciliador da Comarca de Rio Branco.

Foram arrecadados em todos os processos seletivos de estagiários um total de 4.783 kg de alimentos.

Entidades Beneficiadas	Comarca
Sociedade Eunice Weaver (Educandário);	Cruzeiro do Sul
Pastoral da Criança	Brasiléia
Obra Social Nossa Senhora da Glória	Sena Madureira

Pastoral da Criança	Sena Madureira
Pastoral da Criança	Manoel Urbano
Pastoral da Criança	Feijó
Fazenda Esperança	Mâncio Lima
Pastoral da Criança	Mâncio Lima
Casa Resgate	Rio Branco
Educandário Santa Margarida	Rio Branco
Casa Lar Ester	Rio Branco
Projeto Nova Vida	Senador Guiomard
Cantinho do Zito	Senador Guiomard





Processos internos

2



2. PROCESSOS INTERNOS

2.1. Modernização administrativa e desenvolvimento institucional

a. Reforma administrativa

A modernização dos processos de trabalho administrativo e o redesenho da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e da Comarca de Rio Branco, de forma alinhada com os objetivos estratégicos institucionais, em especial o de reestruturar a Instituição com vistas na otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre, teve início em 2012, quando foi formalizado o contrato de consultoria com a Fundação Getúlio Vargas.

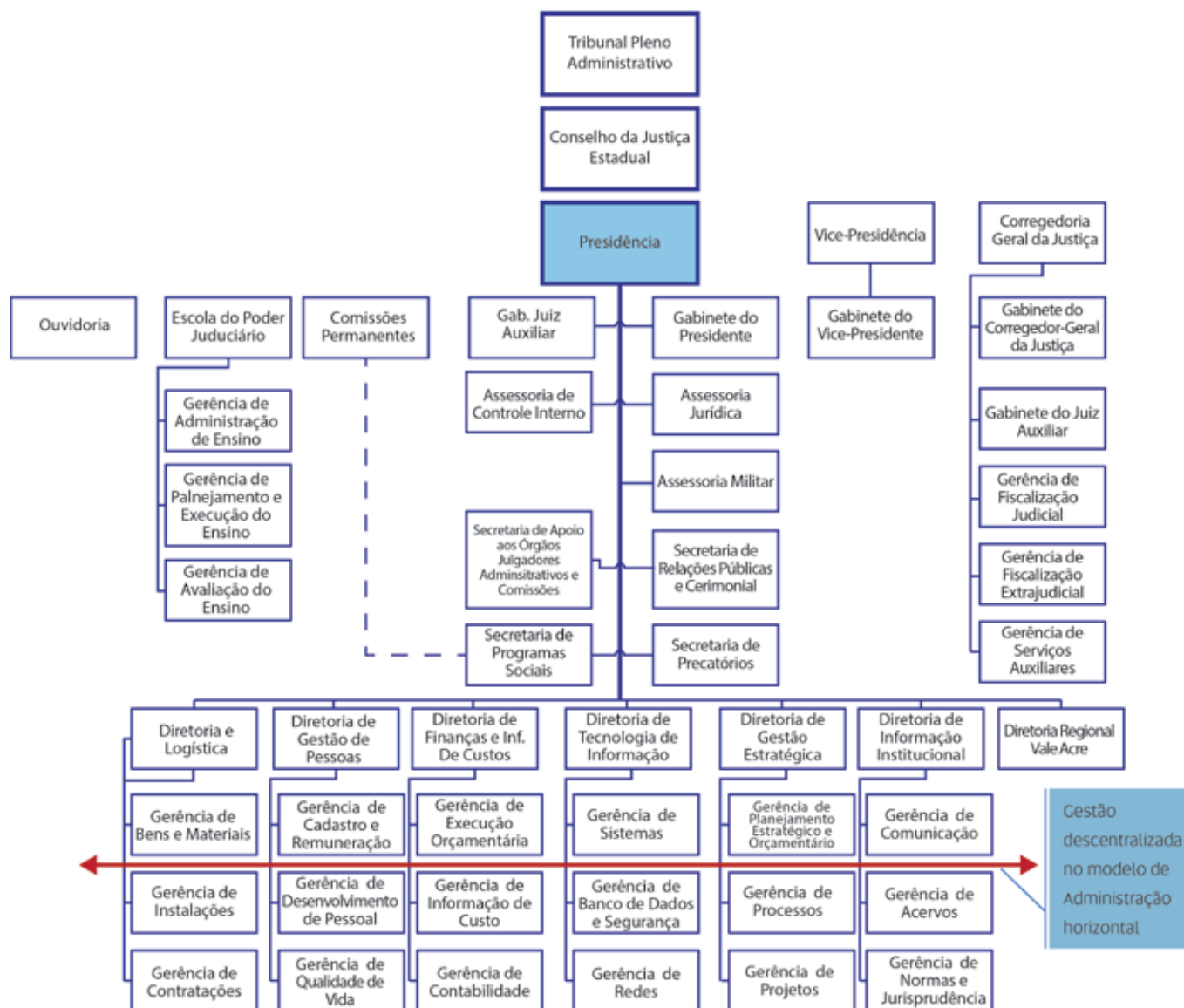
Os trabalhos relacionados à modelagem dos processos e à proposição do novo modelo organizacional baseado na administração gerencial e gestão por processos foram entregues em dezembro daquele ano, contudo só foi homologado quando da publicação da Lei Complementar Nº 257, de 29 de janeiro de 2013. A partir desse momento, se deu início a uma série de atividades como a avaliação da estrutura antiga e sua relação com a estrutura nova, e também dos manuais de procedimentos administrativos. Essa fase se consagrou de vital importância para viabilizar a implantação da reforma, de onde foi possível identificar e sanar algumas incongruências.

Ao mesmo tempo em que essas atividades aconteciam, a reforma aos poucos ia sendo implementada, primeiramente com a nomeação nos cargos da nova estrutura, finalizando com os ajustes nos manuais dos processos de trabalho e a edição da Resolução nº 180/2013 do Tribunal Pleno Administrativo, com a Resolução que dispõe acerca da Estrutura de Organização Administrativa do Tribunal de Justiça e da Secretaria Judicial.

A aprovação do novo organograma gera uma redução de níveis hierárquicos. A Resolução define as atribuições dos órgãos administrativos, baseando-se na descentralização de competências da Presidência do TJAC, com o objetivo, em suma, de aprimoramento dos resultados institucionais.



ESTRUTURA ADMINISTRATIVA



Lei Complementar Estadual nº 257 de 29 de janeiro de 2013

b. Modernização dos cartórios extrajudiciais: Selo digital

A implantação do “Selo Digital” de fiscalização dos cartórios extrajudiciais do Estado do Acre teve seu início no mês de abril/2013. O projeto piloto envolveu três serventias extrajudiciais da Capital: o 1º Tabelionato de Protesto de Títulos, o 1º Ofício de Registros das Pessoas Naturais e o Tabelionato de Notas e o 1º Ofício de Registro de Imóveis.



A evolução do selo físico para o digital busca garantir maior eficácia e segurança aos atos notariais e de registro, bem como subsidiar a fiscalização e recolhimento dos fundos de compensação e reaparelhamento do Judiciário Acreano.

O Sistema possibilita a consulta dos atos por meio da Internet, no site www.seloacre.com.br, que poderá ser feita pelo usuário ou qualquer interessado. Também proporciona a utilização de ferramentas para o acompanhamento e rastreamento dos atos notariais e de registro, bem como a confecção de relatórios para uma fiscalização eficaz por parte da Corregedoria Geral da Justiça (Coger).

O selo digital será implantado em todas as serventias extrajudiciais, de acordo com as disposições contidas no Provimento nº 03/2013, publicado na edição nº 4.895 do Diário da Justiça Eletrônico (f. 90).

Abaixo quadro detalhado de implantação do sistema:

COMARCA	SERVENTIAS	DATA IMPLANTAÇÃO
Rio Branco	1º Tabelionato de Protesto de Títulos	11/04/13
	1º Tabelionato de Notas e 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais e Postos Avançados	16/04/13
	1º Ofício do Registro de Imóveis	19/04/13
	2º Tabelionato de Notas e 2º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais	02/10/13
	3º Tabelionato de Notas e 3º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais	07/10/13
	Serventias Extrajudiciais da Comarca do Município de PORTO ACRE	15/10/13
	2º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos	18/10/13
	Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil e das Pessoas Jurídicas	21/10/13
	2º Ofício do Registro de Imóveis	07/11/13

2. PROCESSOS INTERNOS

2014
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Bujari	Serventias Extrajudiciais (Cartório Bandeira)	04/07/13
Capixaba	Serventias Extrajudiciais	10/09/13
Assis Brasil	Serventias Extrajudiciais	12/09/13
Tarauacá	Serventias Extrajudiciais	19/09/13
Cruzeiro do Sul	Tabelionato de Protesto de Títulos	19/09/13
Manoel Urbano	Serventias Extrajudiciais	20/09/13
Sena Madureira	Serventias Extrajudiciais	23/09/13
Mâncio Lima	Serventias Extrajudiciais	24/09/13
Acrelândia	Serventias Extrajudiciais	07/10/13
Plácido de Castro	Serventias Extrajudiciais	14/10/13
Epitaciolândia	Serventias Extrajudiciais	16/10/13
BRASILÉIA	Serventias Extrajudiciais	17/10/13
Cruzeiro do Sul	Tabelionato de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos.	28/10/13
Senador Guiomard	Serventias Extrajudiciais	29/10/13
Xapuri	Serventias Extrajudiciais	30/10/13
Cruzeiro do sul	Tabelionato de Notas e Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais	31/10/13
Feijó	Serventias Extrajudiciais	16/12/13

COMARCA	SERVENTIAS	PREVISÃO
Rodrigues Alves	Serventias Extrajudiciais	31/01/14
Porto Walter	Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais	31/01/14
Marechal Thaumaturgo	Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais	15/02/14
Santa Rosa	Tabelionato de Notas	15/02/14
Jordão	Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais	15/02/14



Modernização administrativa e desenvolvimento institucional



Ampliação das atividades do Juizado de Transito



c. Ampliação das atividades do Juizado de Trânsito

O Tribunal de Justiça do Acre e o Governo do Estado firmaram o Convênio nº 01/2013, para ampliação e desenvolvimento das atividades do Juizado de Trânsito.

Com a parceria, o Governo do Estado disponibilizou dois veículos para a realização dos serviços, quatro agentes de trânsito, além de recursos para a manutenção das viaturas.

O investimento reforça o trabalho realizado pelas três equipes do Juizado de Trânsito, que se revezam para atender as ocorrências. São conciliadores, peritos e agentes de trânsito treinados e capacitados para resolver o conflito de forma amigável, ou, quando não for possível, as partes são acionadas judicialmente, e já são marcadas audiências de conciliação, instrução e julgamento dos litígios.

Os principais benefícios para a comunidade são:

- ▶ Solução do litígio no local do acidente;
- ▶ Descongestionamento do trânsito oriundo de acidentes automobilísticos com a utilização da perícia volante;
- ▶ Prevenção de agressões recíprocas, físicas ou verbais, entre os condutores dos veículos;
- ▶ Diagnósticos dos locais com maior incidência de acidentes na cidade, o que favorece a melhoria da sinalização do trânsito;
- ▶ Verificação dos documentos dos veículos e de seus condutores, pelo agente de trânsito, reduzindo-se a fiscalização e auxílio administrativo do DETRAN.

d. Projeto de Virtualização dos processos judiciais

O Projeto de Virtualização dos processos judiciais é uma das iniciativas estratégicas mais ousadas do Poder Judiciário do Estado do Acre. Seu objetivo primordial é garantir maior rapidez, segurança e eficiência no trâmite processual.

A previsão inicial do projeto contemplava apenas os processos do 1º grau de jurisdição, uma vez que essa iniciativa estava vinculada ao indicador estratégico de virtualização dos processos, cuja meta era virtualizar 90% dos processos até 2014.

O modelo de trabalho adotado que priorizou a força de trabalho dos servidores e magistrados e utilização de equipamentos próprios e/ou cedidos de instituições parceiras, fez com que os trabalhos avançassem em ritmo acelerado, permitindo assim que a administração do tribunal reavaliasse o projeto e avançasse com a virtualização no 2º grau (Turmas Recursais, Vice-presidência, Diretoria Judiciária, 1ª e 2ª Câmaras Cíveis e Câmara Criminal).

Com essa estratégia o TJAC antecipa em um ano a conclusão do projeto e supera a meta inicialmente fixada ao virtualizar aproxima-



Projeto de Virtualização dos processos judiciais

damente 130 mil processos, ou seja 100% dos processos passaram a existir em meio eletrônico, sendo 120 mil no 1º Grau e os outros 10 mil no 2º.

A ação coloca o TJAC em posição de vanguarda entre os tribunais do País a concluírem a virtualização, e representa o esforço da Administração para manter e ampliar os bons índices de eficiência e celeridade obtidos pelo Poder Judiciário do Acre nas avaliações anuais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Importância do projeto:



2.2. Eficiência operacional

a. Execução Fiscal Eletrônica

A implantação do sistema permitiu a integração da dívida ativa, estabelecendo uma via eletrônica de intercomunicação entre a Vara de Execução Fiscal (VEF) da Comarca de Rio Branco, a Secretaria da Fazenda, as Procuradorias Estadual e Municipal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

A operacionalização do novo sistema contribui para agilizar a tramitação dos processos de execução fiscal no Estado, além de diminuir despesas operacionais, como materiais e diligências.

A nova ferramenta representa uma verdadeira transformação nos processos de execução fiscal, não somente para o Tribunal, mas também para todos os entes envolvidos.

Entre os principais benefícios estão:

■ **Integração entre os sistemas de dívida ativa, procuradoria e tribunal**

A integração das instituições envolvidas agiliza o trâmite do processo permitindo a troca de informações de modo eletrônico, contínuo e sem demandar qualquer tipo de intervenção manual, haja vista o grande volume de dados envolvidos.

■ **Agilidade no ajuizamento**

A remessa eletrônica das petições iniciais possibilita o ajuizamento de grandes lotes de ações fiscais em tempo recorde, evitando a prescrição de dívidas e gerando mais e melhores resultados na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

■ **Intimações eletrônicas**

Os procuradores também são intimados de forma eletrônica pelo sistema, recebendo as notificações do Judiciário diretamente em suas agendas, que ainda oferecem controle de prazos e pendências que aguardam manifestação.

■ **Celeridade no andamento das ações**

Elimina a etapa de cadastramento das ações, já que há o reaproveitamento de dados e os processos são automaticamente distribuídos. O sistema também confere se os dados das CDAs estão completos, e emite de forma automática os despachos de citação e intimação para emenda, que serão assinados digitalmente pelo magistrado.

■ **Peticionamento eletrônico**

Os executados poderão protocolar ao processo digital seus documentos, petições, comprovantes de pagamentos e parcelamentos, enviando-os em meio eletrônico, através do portal do Judiciário, ou mediante a entrega em meio físico na vara, que irá digitalizar os documentos para incorporação aos autos do processo digital.

■ **Segurança da informação**

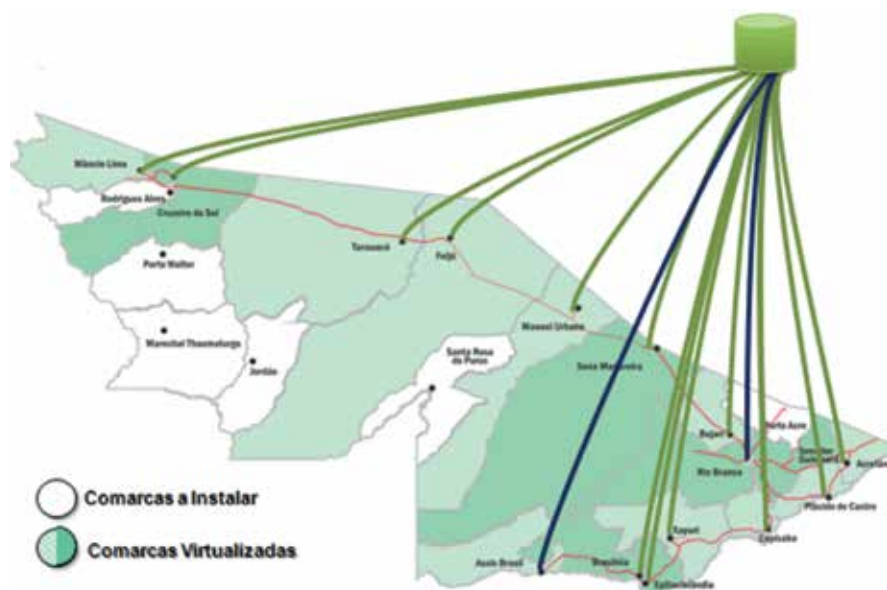
Para agregar segurança às integrações, também são utilizadas tecnologias de certificação, assinatura digital e protocolação eletrônica, bem como todos os recursos tecnológicos inerentes e característicos do processo digital do SAJ.

b. Processo judicial eletrônico

O Tribunal de Justiça do Acre concluiu no dia 19 de dezembro o projeto de virtualização de todos os processos que tramitam no Judiciário Estadual. Dessa forma, foi concluído um dos mais importantes projetos da instituição: o da Virtualização, iniciado há cinco anos.

Aproximadamente 130 mil processos passaram a existir em meio eletrônico, sendo 120 mil no 1º Grau e os outros 10 mil no 2º Grau.

PROCESSO DE VIRTUALIZAÇÃO DAS COMARCAS



Do ponto de vista administrativo, a virtualização promove as seguintes vantagens:

- Automação de processos

O sistema oferece efetiva automação do processo, com a eliminação de rotinas manuais e promovendo a padronização de procedimentos de trabalho.

- Pasta digital

O sistema permite a formação da pasta digital do processo a partir de documentos emitidos no próprio sistema, peticionados via internet e ainda digitalizados, o que amplia as possibilidades de acesso e utilização do processo digital.

■ Acesso facilitado

Oferece mobilidade aos usuários e operadores, através de conexão web, além de comodidade aos jurisdicionados, que podem consultar a íntegra dos autos na internet. Para processos em segredo de justiça, exige senha para acesso à pasta digital.

■ Peticionamento eletrônico

Permite o peticionamento de petições iniciais e intermediárias, com a utilização de assinatura digital e protocolação eletrônica, de forma a garantir a integridade das informações e tempestividade dos atos.

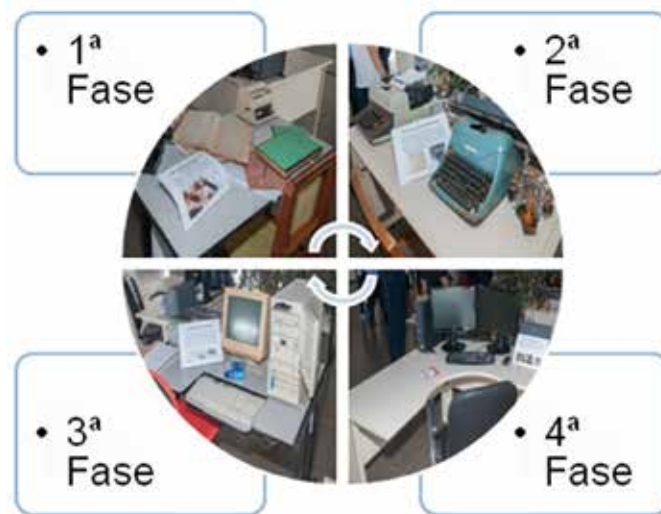
■ Gerenciamento de documentos

Oferece recursos para o gerenciamento eletrônico de documentos, que permitem o armazenamento e a recuperação de documentos digitais a qualquer tempo e de forma facilitada. Com estes recursos, a instituição tem disponível em meio eletrônico, de fácil acesso e baixo custo, todas as peças processuais.

■ Redução de custos

Eliminação de papel e despesas com deslocamentos para entrega de documentos e espaço físico para armazenagem.

Ciclo evolutivo do processo judicial no Poder Judiciário do Estado do Acre.



Já do ponto de vista da prestação jurisdicional, a virtualização dos processos promove mudanças significativas ao passar dos processos físicos, em papel, para os processos virtuais, em formato digital, o Tribunal dá um passo decisivo em direção à construção da Justiça do futuro.

Na prática, a mudança tem como objetivo permitir maior celeridade e transparência às atividades do Poder Judiciário do Acre, permitindo a tramitação e o acompanhamento eletrônico dos processos, por parte dos advogados, operadores do Direito ou qualquer cidadão através de um computador conectado à Internet.

Os efeitos da virtualização já são visíveis em alguns indicadores de desempenho da justiça estadual, como melhora da taxa de congestionamento e índice de agilidade no julgamento, conforme pode ser visualizado nos gráficos a seguir.

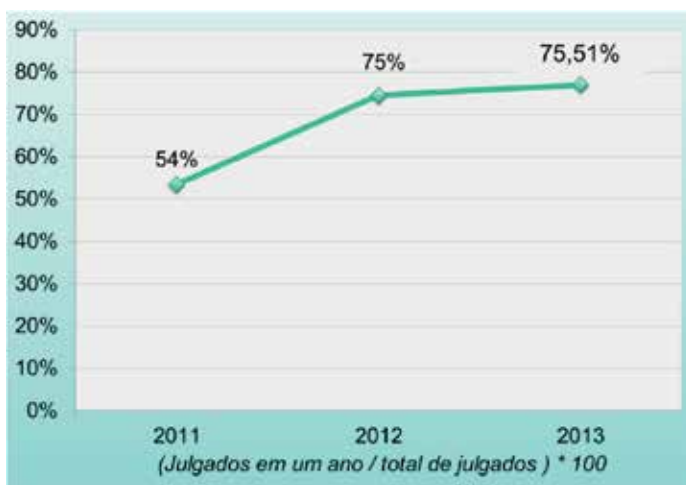


Gráfico: Índice de agilidade no julgamento



Gráfico: Taxa de congestionamento

A taxa de congestionamento representa o percentual de processos que ao final do período, considerando os que entraram no ano mais os pendentes do período anterior, ficaram aprisionados sem julgamento. Nesse aspecto essa taxa é uma das menores do país.

No mesmo sentido a agilidade no julgamento diz respeito ao percentual de processos que foram finalizados dentro de um ano em relação ao total de processos finalizados. Isso significa que, de todos os processos finalizados 75,51% deles tinham apenas um ano.



Fiscalização das Serventias Extrajudiciais



Reunião de Alinhamento Estratégico



c. Fiscalização das Serventias Extrajudiciais

Em cumprimento ao art. 40, do Código de Organização e Divisão Judiciária deste Estado, e visando garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade, no ano de 2013 foram realizadas correções nos cartórios extrajudiciais nas seguintes comarcas:

- ▶ Rio Branco;
- ▶ Senador Guiomard;
- ▶ Brasília.

As correções visam dentre outros aspectos verificar a conformidades dos atos praticados, o quadro de pessoal necessário e atual, o espaço físico, o mobiliário e a tabela de emolumentos e desta garantir a sociedade uma prestação de serviço eficiente e dentro das normas regulares.



Reunião de Alinhamento Estratégico

Durante o ano de 2013 foram realizadas três reuniões de alinhamento estratégico com todos os gestores do Tribunal. A reunião é um instrumento de gestão que visa garantir maior comprometimento dos gestores na execução Planejamento Estratégico, com suas metas, objetivos e seus respectivos projetos.

A reunião também é um poderoso instrumento para socialização das boas práticas implementadas pelas unidades organizacionais e de exposição das dificuldades enfrentadas no trabalho e, sobretudo, apontar caminhos que possibilitem a melhoria dos serviços oferecidos à população.

A primeira reunião realizada no mês de março, teve como propósito maior a apresentação das iniciativas da Presidências contida no seu plano de gestão, como também o de entregar aos atuais gestores os indicadores relacionados as suas áreas de atuação. As reuniões seguintes, ocorridas em julho e novembro, tiveram caráter informativo e avaliativo a cerca do desempenho desses indicadores e andamento das iniciativas estratégicas da Administração.

A RAE é um importante instrumento de melhoria das práticas de gestão, que estimula as equipes a perseguirem os objetivos institucionais, melhora a interrelação setorial e fortalece a consciência dos colaboradores em prol da missão e visão de futuro. Esse processo de mudança, paulatinamente, está consolidando a cultura organizacional e estabelecendo um novo perfil de governança estratégica.

Para se ter uma visão melhor dessa mudança, o CNJ tem realizado nos últimos anos pesquisa juntos aos tribunais com intuito de avaliar o grau de amadurecimento da governança estratégica. Os resultados dessa pesquisa nos anos de 2012 e 2013, estão expostos no gráfico a seguir:

Gestão Estratégica - TJAC

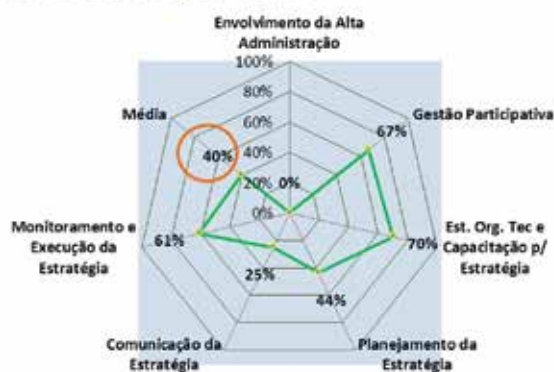


Gráfico: Diagnóstico governança estratégica 2012

Gestão Estratégica - TJAC

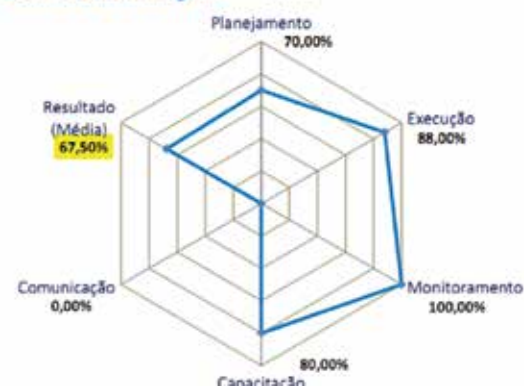
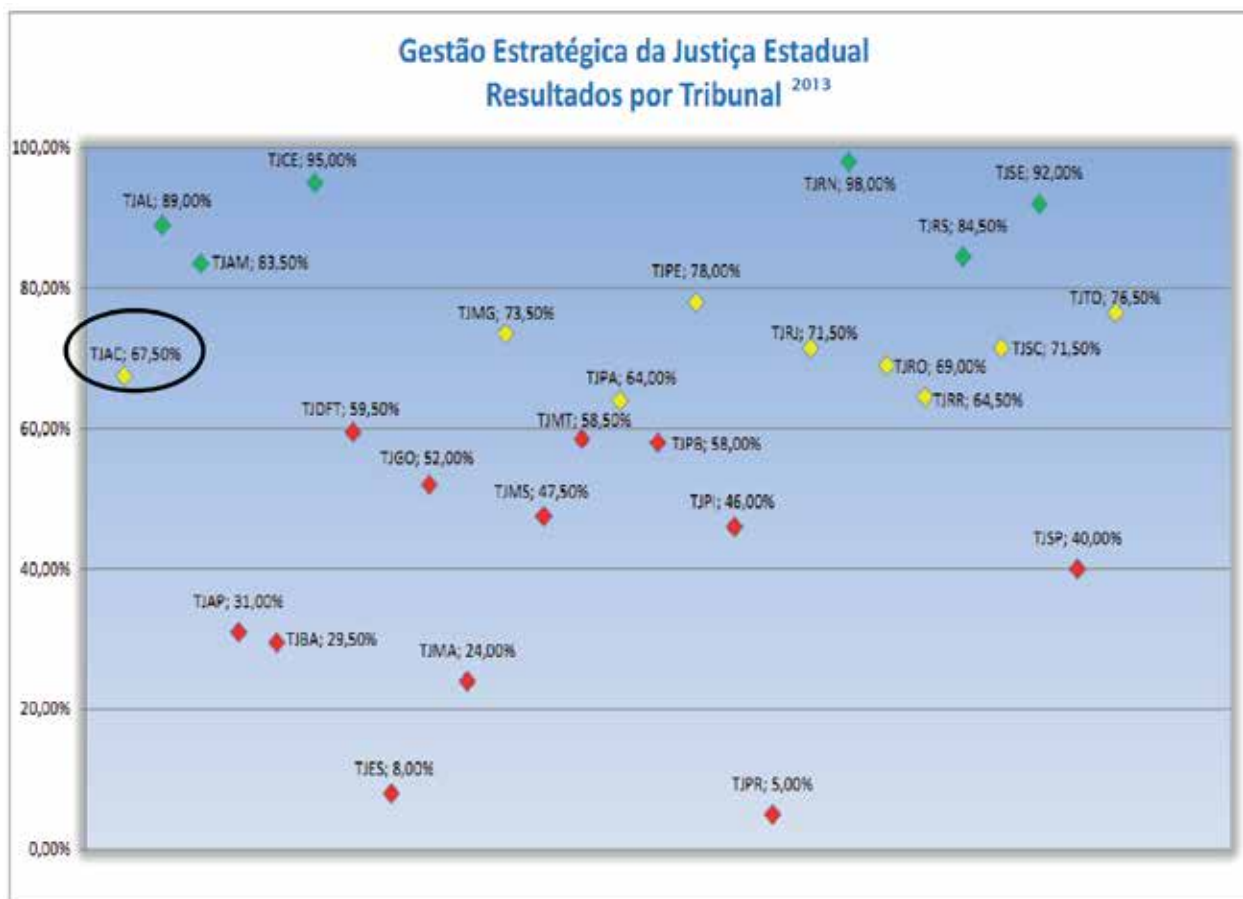


Gráfico: Diagnóstico governança estratégica 2013



A avaliação da governança estratégica, que mede o grau de amadurecimento da gestão, mostrou avanço significativo em praticamente todas as dimensões. Na média geral, o TJAC saiu da posição média de desempenho de 40% em 2012, para 67,5% em 2013.

Apesar dos avanços registrados, em especial no que tange ao envolvimento da alta administração e monitoramento, observa-se a necessidade de desenvolver práticas visando à melhoria da comunicação da estratégia.

d. Simplificação das rotinas de trabalho

Com a implantação da reforma administrativa foram identificados e mapeados os Macroprocessos das atividades administrativas do Tribunal e seus subprocessos.

Como consequência das atividades de mapeamento dos processos, obteve-se a redução no ciclo do processo, eliminação de papéis/atividades desnecessários, eliminação da sobreposição de atividades e delegação de competências.

Além dos benefícios citados, inicia-se no TJAC um novo modelo de gestão baseada em processos de trabalho e voltada para resultados.

■ Inovações para melhoria e controle das atividades administrativas e judiciais

Objetivando melhorar o desempenho de algumas atividades administrativas, foram desenvolvidas no âmbito da Diretoria de Gestão Estratégica - IGES algumas ferramentas, de base tecnológica, que proporcionaram maior agilidade, segurança e precisão nas informações. Essas ferramentas, foram indispensáveis, por exemplo, para a gestão das metas nacionais e acompanhamento dos contratos administrativos. Vide abaixo a relação completa:

- ▶ Planilha de pontuação para promoção de magistrados pelo critério de merecimento;
- ▶ Planilha de cálculo do auxílio alimentação dos magistrados (retroativo) e mensal;
- ▶ Controle de acompanhamento da vigência dos contratos administrativos (DILOG);
- ▶ Criação de Banco de Dados para Gerenciamento das Metas Nacionais de 2014.



Processômetro da Meta 18/2013;



Criação e automatização de planilha para sinalização visual das unidades (Farol) frente ao grau de cumprimento referente à meta 1/2013 casos novos x julgados;



Disponibilização das apresentações das metas em formato web na intranet para facilitar acesso dos gestores (Hot site DIGES);



Criação de Sistema Web (JUSPLAN) para coleta das informações referentes às Metas Nacionais;



Automatização de relatório gerencial da justiça em números por unidade com análise gráfica interpretativa para cada vara/juizados;



Automatização dos anexos publicados no portal da transparência;



Automatização da produtividade dos magistrados para publicação na internet (Meta 7/2010);



Criação e automatização de planilha para sinalização visual das unidades (Farol) frente ao grau de cumprimento referente à meta 1/2013 casos novos x julgados;

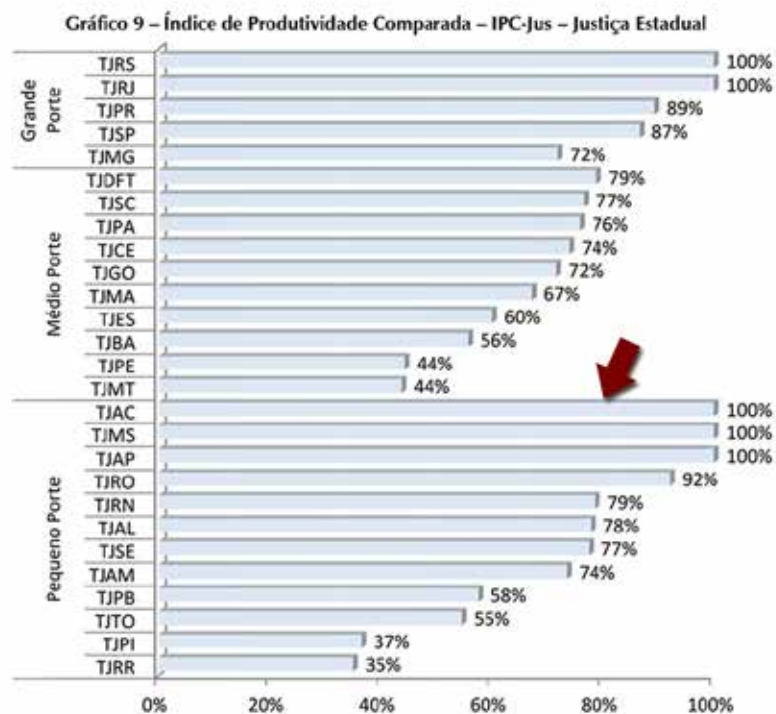
e. Índice de eficiência - IPC-JUS

O relatório da Pesquisa Justiça em Números 2013, divulgado em 15 de outubro, apontou o Tribunal de Justiça do Acre como um dos mais eficientes do Brasil.

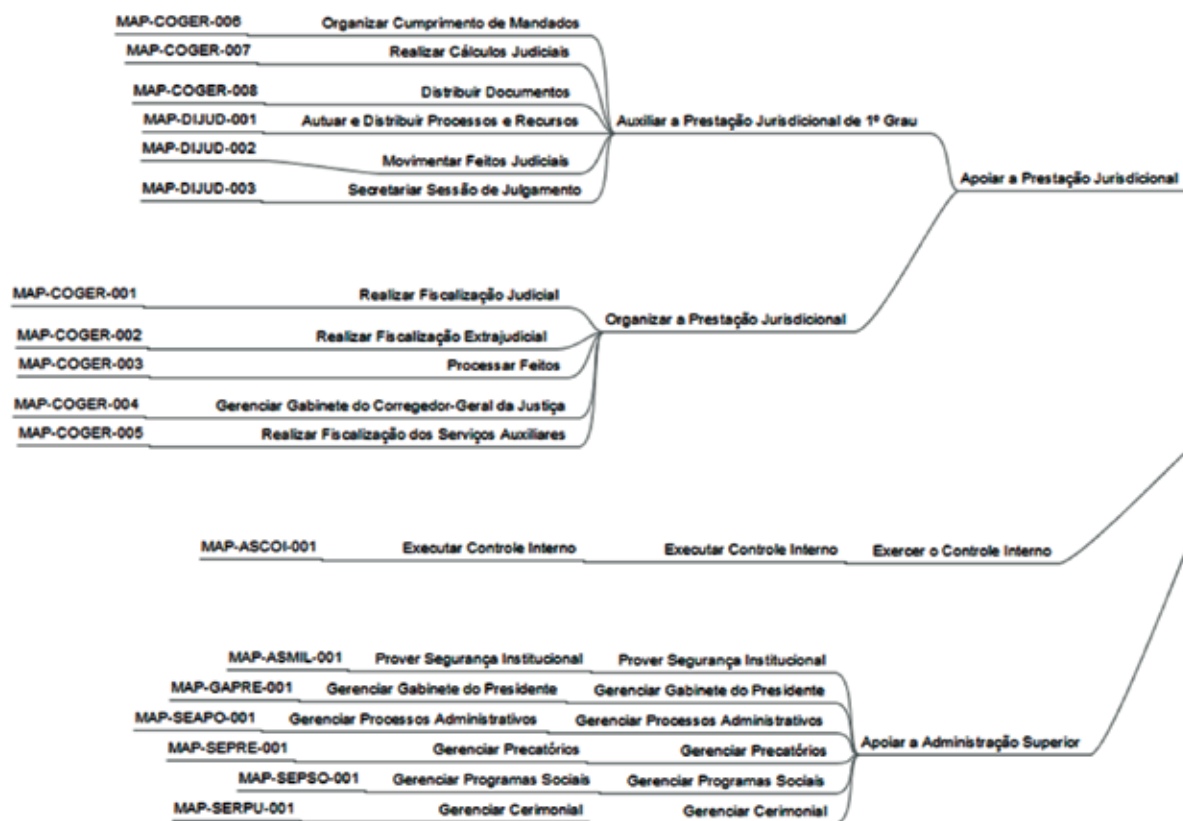
Considerado o mais importante panorama global da Justiça Brasileira, o estudo é feito todo ano a partir de dados encaminhados semestralmente pelos tribunais.

De acordo com o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), utilizado pelo levantamento para aferir a qualidade dos tribunais, o TJAC é um dos grandes destaques, atingindo 100% de eficiência no indicador.

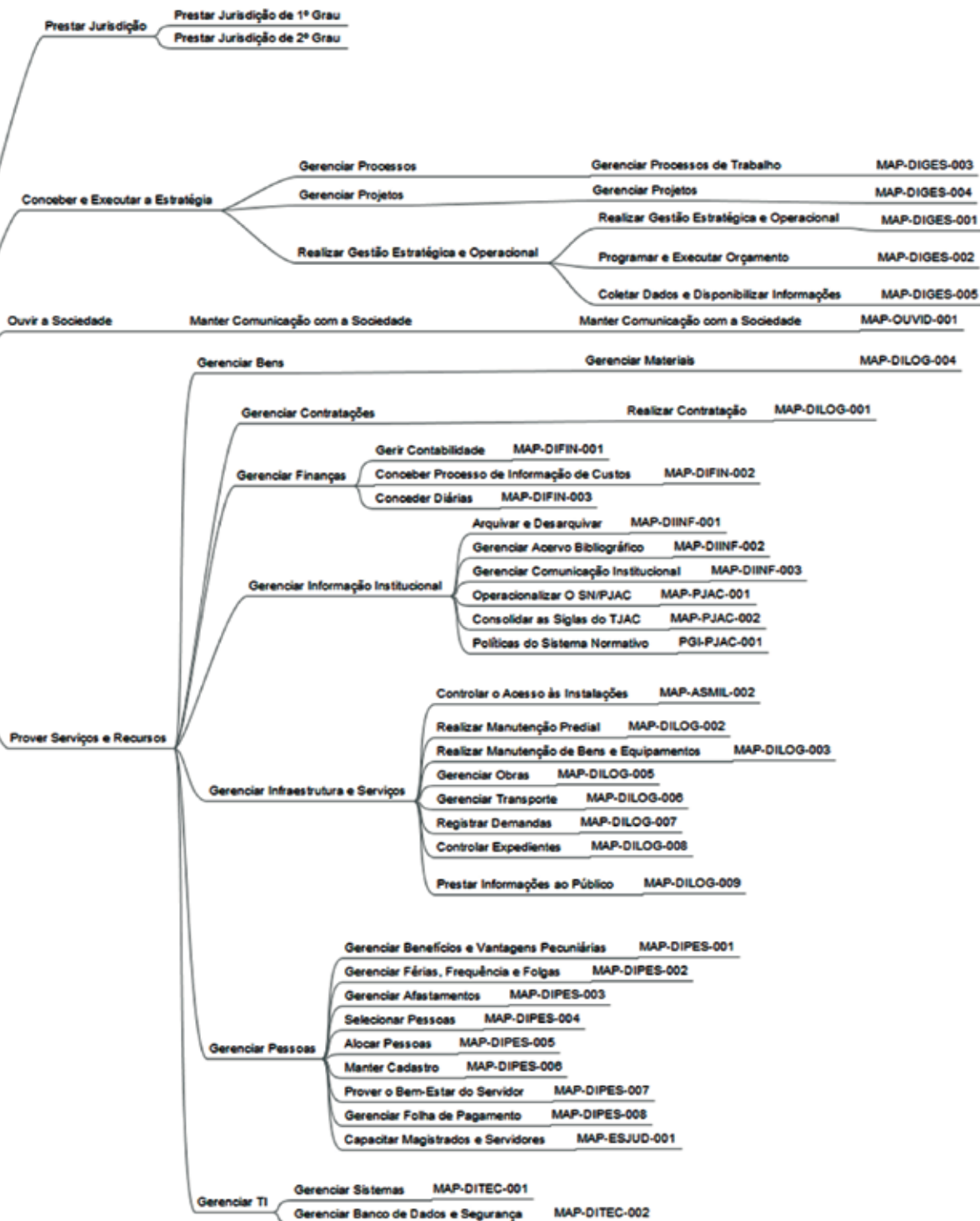
Considerando o panorama nacional o Tribunal de Justiça do Acre figura entre os cinco que se destacaram positivamente, pois alcançaram 100% de eficiência.



Para se chegar ao resultado desse índice, são utilizadas diversas variáveis como: recursos humanos, orçamento, infraestrutura tecnológica, bens e serviços, carga de trabalho e alguns indicadores de resultado (taxa de congestionamento, atendimento a demanda, produtividade), que depois são compiladas no modelo de Análise Envolvória de Dados – DEA. Esse modelo utiliza o conceito “insumo-produto”, ou seja, analisa as entradas e compara com as saídas (resultados) de todos os tribunais. Dessa forma é possível determinar qual tribunal é mais eficiente em função de suas entregas.



TJAC



Recursos

3



3. RECURSOS

Neste tópico serão abordados os eventos/ações que potencializaram e/ou transformaram a estrutura de recursos (materiais ou imateriais) que dão suporte as atividades do TJAC.

3.1. Orçamento

Este tema tem como prerrogativa o planejamento orçamentário de forma integrada visando assegurar e gerir os recursos que viabilizem as ações e metas estratégicas do Tribunal.

■ Ações Contempladas:

- ▶ Readequar o orçamento à nova estrutura administrativa, alinhando-o às metas estratégicas e a nova estrutura administrativa;
- ▶ Desenvolver metodologia para melhorar o processo de arrecadação relativo aos recursos próprios.

a. Readequação do orçamento à nova estrutura administrativa

O processo de reestruturação do orçamento do Tribunal visa atender, primeiramente, a exigências do Conselho Nacional de Justiça no sentido de que os orçamentos anuais passem a expressar os projetos estratégicos, bem como da própria reforma administrativa que orienta o processo decisório em nível de direção.

No esquema abaixo, é possível observar com clareza o modelo de programação descentralizada e participativa, bem como a forma como os recursos alocados nos projetos estratégicos ficam dispostos nas Unidades Organizacionais.

Modelo de programação orçamentária





Quadro de Detalhamento da Despesa por Programa - QDD

ÓRGÃO	203 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE	006 - DIRETORIA DE LOGÍSTICA
RÚBRICA	ESPECIFICAÇÃO
203.006.02.122.2220.1677.000	PLANO DE OBRAS
203.006.02.122.2220.1678.000	PROG. INTE. DE DES. ECON. SUST. DO ESTADO DO ACRE BNDES FASE V
203.006.02.122.2220.2633.000	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE
ÓRGÃO	203 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE	007 - ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO
RÚBRICA	ESPECIFICAÇÃO
203.007.02.128.2220.2636.000	PLANO ESTRATÉGICO DE CAPACITAÇÃO

Esse mecanismo permite melhor uma perfeita identificação dos projetos estratégicos com os recursos a eles alocados e as despesas realizadas. Assim, tanto o gestor do projeto tem maior capacidade de gerenciamento da iniciativa, quanto o Tribunal tem em aferir a relação custo benefício dos mesmos.

b. Melhoria no processo de arrecadação relativo aos recursos próprios.

Objetivando melhorar e ampliar o processo de arrecadação das receitas próprias do TJAC, durante o ano de 2013 foram tomadas as seguintes providências:

- ▶ Atualização da tabela dos emolumentos extrajudiciais em 5,96%;
- ▶ Acompanhamento da arrecadação dos cartórios extrajudiciais;
- ▶ Acompanhamento diário da arrecadação de custas judiciais e correção de falhas de procedimentos no cadastramento das custas no sistema SAJ;

- Parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco visando a obtenção de um software que torne a arrecadação mais eficiente;
- Estudo para revisão do contrato de remuneração dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil.

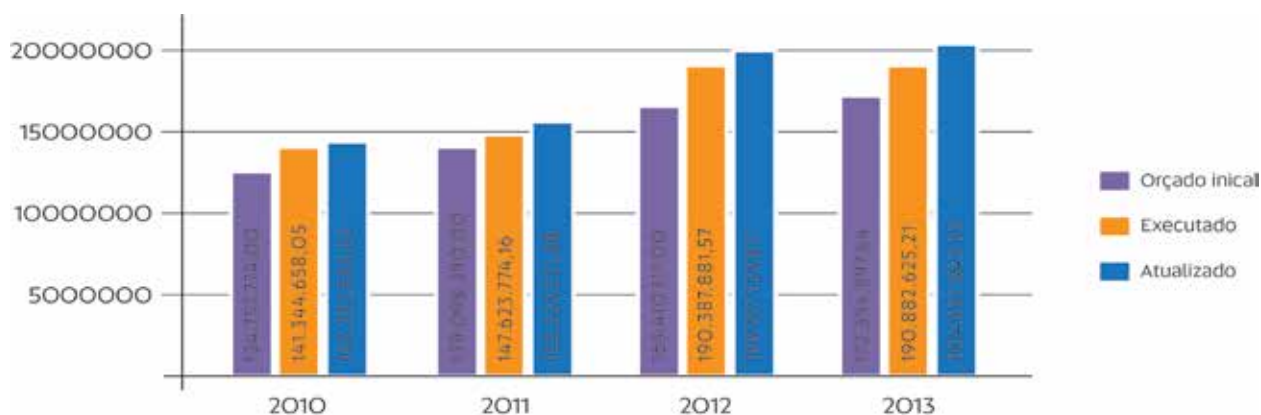
Como resultado dessas ações, houve um aumento de 17,94% na arrecadação das custas judiciais e de 26,87% nas custas extrajudiciais, 11,57 na receita contratual de consignação e 1.248% na adesão de Ata de Registro de Preços.

c. Execução orçamentária 2013

Durante o ano de 2013 a Administração do Tribunal canalizou esforços no sentido de viabilizar a implantação das reformas administrativas fruto da Lei 257/2013 – Reforma Administrativa e Lei 258/2013 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração/PCCR, bem como da infraestrutura tecnológica, da capacitação de servidores e magistrados e da manutenção das atividades. Tudo isso sem abrir mão dos princípios norteadores da boa gestão fiscal.

Nessa perspectiva, garantir recursos orçamentários para o ano de 2014, e executar os recursos programados de 2013, foi de fundamental importância para concretização das ações planejadas.

Nos demonstrativos a seguir é possível observar a evolução do volume de recursos ao longo dos anos, tanto na fase de negociação, quanto de execução do orçamento.



Observando os dados de 2013, verifica-se que o grau de execução do orçamento disponível (executado/atualizado) foi de 93,27%. No mesmo sentido, verifica-se também que houve um acréscimo de 18,70% na dotação inicialmente prevista. Esse acréscimo se deu em função de excessos de arrecadação, recursos de convênios e parcerias com o Poder Executivo Estadual. Vide abaixo a execução por categoria econômica.



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2013 a Dezembro/2013

DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1,00 DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOLA (I)	159.810.128,24	202.377,45
Pessoal Ativo	134.275.231,74	202.377,45
Sentenças judiciais sem precatório (do próprio órgão)	10.240,34	-
Sentenças judiciais com precatório (do próprio órgão e de outras da Administração pública)	-	-
Demais despesas com pessoal ativo	134.264.991,40	202.377,45
Pessoal inativo e pensionistas	22.705.431,26	-
Sentenças judiciais sem precatórios (do próprio órgão)	-	-
Sentenças judiciais com precatórios (do próprio órgão e de outros da Adm. Pública)	-	-
Demais despesas com pessoal inativo e pensionistas	22.705.431,26	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	2.829.465,24	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	17.050.267,35	-
Indenização por Demissões e Incentivos à Demissão Voluntária	558.019,27	-
Decorrentes de decisão judicial	10.240,34	-
Despesas de exercícios anteriores	5.589.309,83	-
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	10.692.697,91	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	142.759.860,89	202.377,45
DESPESA TOTAL COM PESSOAL –DTP (IV) = (IIIa+IIIb)		142.962.238,34
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)		3.700.350.634,52
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		3,86
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 6%		222.021.038,07
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 5,7%		210.919.986,17

Despesa
com
pessoal/RC

Fonte: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil TJAC e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado do Acre.

d. Captação de recursos via convênio e acordos de cooperação.

Objetivando intensificar as ações sociais do TJAC e os investimentos, foram acordados convênios e termos de cooperação, cujas disponibilidades somaram 30,3 milhões distribuídos conforme tabela abaixo.

ACORDO/CONVÊNIOS				
FONTE FINANCIADORA	FINALIDADE	inicial *	usado acumulado	Saldo final
Poder Executivo/BNDES	Cidade da Justiça de Rio Branco – Fórum Criminal	12.045.379,55	9.762.097,96	2.283.281,59
Ministério da Justiça	Programa Justiça Comunitária	421.309,48	301.998,46	119.311,02
Prefeitura de Rio Branco	Programa Justiça Comunitária	55.000,00	55.000,00	0,00
Ministério da Justiça	Programa Justiça Volante	555.600,00	408.044,99	147.555,01
Ministério da Justiça	Programa Justiça Restaurativa	358.048,86	0,00	358.048,86
Ministério da Justiça	Integração SAJ/DJO	655.625,34	0,00	655.625,34
Poder Executivo/BIRD	Cidade da Justiça – Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública	18.000.000,00	0,00	18.000.000,00

* Corresponde a dotação no início do ano + contrapartida do Tribunal.

e. Avaliação do Plano Plurianual – PPA

O plano estratégico 2010-2014 estabelecem as iniciativas, projetos e metas institucionais a serem perseguidas com intuito de alcançar sua missão de garantir os direitos do jurisdicionado no estado do acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda sociedade.

Nesse sentido, a iniciativa elencada no PPA e que abrange todos esses aspectos, bem como as ações estratégicas colocadas em prática para fazer face a esse desafio estão dispostas no quadro a seguir.

Iniciativa	Ações / projetos	Resultados
Fortalecimento da democratização do acesso à justiça.	Virtualização dos processos judiciais.	Processos judiciais virtualizados, permitindo o acesso ao seu conteúdo integral pela internet. O processo virtual rompe a barreira tempo-espço, democratizando e agilizando o trâmite judicial. Ao todo foram virtualizados 130 mil processos. Outras ações complementares ao projeto de virtualização foram necessárias, como: instalar site backup e ampliação do parque de storages e sala segura.

Ampliação dos serviços do juizado de trânsito.	O Acre foi o segundo Estado da Federação a implantar o Projeto Justiça de Trânsito. Em 2013 foi executado o projeto de expansão das atividades, contemplando as Comarcas de Cruzeiro do Sul e Brasília. Para execução das atividades foram adquiridas três vans (moto home) equipadas com instrumentos necessários a realização de perícias, ouvir testemunhas e realizar conciliações. Em 2013, foram realizados 1.577 atendimentos. Destes, 1.237 com acordo entre as partes e 93 para distribuição nos juizados.
Reforma administrativa/ PCCR.	Implantação da reforma administrativa e do PCCR, objeto das LCE nº 257 e 258/2013. Com a reforma a administração do Tribunal sai do modelo funcional e passa para o modelo gerencial por processo. Com a reforma foram extintos 811 cargos de livre nomeação.
Aperfeiçoar a institucionalização e a divulgação dos Projetos Sociais.	A iniciativa estratégica visa promover e potencializar as ações dos projetos sociais, de forma a democratizar o acesso à justiça. Nesse sentido, no ano de 2013, foram executados 07 (sete) Programas Sociais, voltados para a prevenção e capacitação, conscientização e ressocialização de egressos (reeducandos); oferecer orientações jurídicas a comunidades carentes, mediação e conciliação e prover resgate à cidadania por meio do acesso a documentação, que juntos totalizaram 18.908 (dezoito mil, novecentos e oito) pessoas atendidas.

Os resultados institucionais em vista das metas elencadas no PPA, foram alcançados graças às ações estratégicas implementadas e aos recursos disponibilizados para tal.

As metas estabelecidas foram:

- **Aumento de 20% o número de pessoas beneficiadas nos projetos sociais em 2012, repactuando-a para os exercícios de 2013 em 22%, 2014 em 25%, em 2015 em 30%.**

Indicador	Base 2009	Meta	Resultado
Nº de pessoas beneficiadas nos projetos sociais. (META 8 PE/TJAC)	19.428	23.722	

Obs: Apesar dos esforços empreendidos, não foi possível alcançar a meta estabelecida, em face da operacionalização de alguns projetos que tiveram suas ações limitadas uma vez que dependem de recursos vinculados a emendas parlamentares, cujos recursos não foram disponibilizados a tempo de execução.

- Redução de 10% na taxa de congestionamento na fase de conhecimento em 2012, repactuando-a para os exercícios de 2013 em 5%, 2014 em 5%, 2015 em 5%.

Indicador	Base 2009	Meta	Resultado
Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento. (META 16 PE/TJAC)	55%	50%	
Categorias	1º grau	2º grau	
Processos baixados	100107	5050	
Casos pendentes	88149	2456	
Casos novos	100358	5516	
Taxa congestionamento	47%	37%	

Este indicador mede a relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento de modo a determinar o percentual de processos que continuam sem julgamento no final do período.

Meta alcançada.

- Aumento da produtividade dos magistrados em 2012 em 20%, repactuando-a para os exercícios de 2013 em 15%, 2014 em 10%.

Indicador	Base 2009	Meta	Resultado
Produtividade do magistrado na fase de conhecimento – 1º grau. (META 21 PE/TJAC)	810	931	

Este indicador mede a quantidade média de sentenças proferidas pelos magistrados na fase de conhecimento, 1º grau de jurisdição. A quantidade de sentenças assegura, em certa medida, o fim da relação processual. Assim, pode-se dizer que quantidade de sentenças e processos finalizados são diretamente proporcionais, e determina o resultado dos demais indicadores (taxa de congestionamento, atendimento a demanda, etc).

Meta superada.

- **Aumento da taxa de atendimento a demanda em 2012 para 15%, 2013 em 10%, 2013 em 10%, 2014 5%.**

Indicador	Base 2009	Meta	Resultado
Índice de atendimento à demanda (1º grau). (META 12 PE/TJAC)	95,8%	110%	

Mede a capacidade de atendimento do tribunal em relação à demanda da sociedade, ou seja, a capacidade de julgar mais processos do que o que entra.

O resultado do indicador demonstra que o Tribunal teve um desempenho de 90% em relação a meta fixada. Esse resultado, apesar de não ter alcançado a meta, para fins da estratégia a mesma é considerada cumprida, pois atingiu 90% do esperado.

- **Cidade da Justiça de Rio Branco, como meta do PPA**

A primeira etapa do Fórum Criminal, que compreende a infraestrutura e superestrutura, foi executada no ano de 2012 e consumiu recursos da ordem de R\$ 5.439.624,57 milhões, dos R\$ 9.871.229,60 milhões provenientes de recursos próprios e da parceria com o governo do estadual com recursos do BNDES.

O saldo remanescente foi suplementado no exercício de 2013, além de que, através de nova parceria com o Executivo, foram alocados recursos de R\$ 7.613.774,52 milhões, que somados aos R\$ 4.431.605,03 milhões, remanescentes de 2012 totalizaram 12.045.379,55 milhões para finalização da obra.

Em 13/12/2013 foi assinado o contrato nº 37/2013, com a empresa ITASA Construções e Incorporações Ltda, para dar prosseguimento à obra. Em 27/12/2013, foram empenhados R\$ 9.762.097,96 milhões, conforme quadro detalhado abaixo.

CIDADE DA JUSTIÇA DE RIO BRANCO			
BLOCO I: Fórum Criminal - 1ª etapa			
Processo Administrativo nº 0001986-34.2013.8.01.0000			
Valor global licitado (9.762.097,96)			
Fonte de Recursos	Disponibilidades	Empenho	Saldo
BNDES - PIDS V.....	3.428.744,05	3.428.744,05	-
Contrapartida TJAC.....	1.002.860,98	948.622,55	54.238,43
Subtotal.....	4.431.605,03	4.377.366,60	54.238,43
BNDES - PROINVEST.....	6.852.398,07	5.384.731,36	1.467.665,71
Contrapartida TJAC.....	761.377,45	-	761.377,45
Subtotal.....	7.613.774,52	5.384.731,36	2.229.043,16
Total Geral	12.045.379,55	9.762.097,96	2.283.281,59

Analisando a meta fixada (prédio de 3.000m²) em comparativo com o projeto em execução (prédio de 5.070m²), observa-se que a meta foi superada, considerando-se a metragem estabelecida para o empreendimento.

3.2. Gestão de Precatórios

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em razão das mudanças no sistema de pagamento de precatórios introduzidas pela Emenda Constitucional nº 62/09, regulamentada pela Resolução nº 115/10, do Conselho Nacional de Justiça, é o responsável pela gestão das contas especiais destinadas ao depósito de recursos dos entes públicos, para o pagamento dos precatórios originários dos três Tribunais com jurisdição sobre o Estado do Acre: Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com esse fim, os movimentos financeiros referentes aos precatórios, geridos pelo Tribunal de Justiça por meio da Secretaria de Precatórios, durante o ano de 2013, se deram de acordo com o relato que se segue.

No decorrer do ano de 2013, as contas administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre para o pagamento de precatórios receberam um volume de R\$ 13.777.872,27 (treze milhões setecentos e setenta e sete mil oitocentos e setenta e dois reais e vinte e sete centavos).

Desse total, R\$ 7.606.242,48 (sete milhões seiscentos e seis mil duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos) foram repassados pelo Estado do Acre; R\$ 4.926.431,77 (quatro milhões novecentos e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos) foram repassados pelo Município de Rio Branco; e R\$ 1.245.198,02 (um milhão duzentos e quarenta e cinco mil cento e noventa e oito reais e dois centavos) foram repassados pelos demais municípios acreanos.

Já os recursos liberados, totalizaram R\$ 15.605.004,63 (quinze milhões seiscentos e cinco mil quatro reais e sessenta e três centavos), tendo a seguinte destinação: R\$ 9.072.427,67 (nove milhões setenta e dois mil quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos) foram destinados ao pagamento de precatórios do Estado do Acre; R\$ 5.240.225,94 (cinco milhões duzentos e quarenta mil duzentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos) foram destinados ao pagamento de precatórios do Município de Rio Branco; e R\$ 1.292.351,02 (um milhão duzentos e noventa e dois mil trezentos e cinquenta e um reais e dois centavos) foram liberados para o pagamento de precatórios dos demais Municípios.

Os recursos liberados foram destinados ao pagamento de precatórios dos três Tribunais que têm jurisdição sobre o Estado do Acre. Assim, foram liberados R\$ 7.818.538,54 (sete milhões oitocentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) para o pagamento de precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Acre; R\$ 7.487.495,66 (sete milhões quatrocentos e oitenta e sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos) para o pagamento de precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região; e R\$ 304.970,43 (trezentos e quatro mil novecentos e setenta reais e quarenta e três centavos) para o pagamento de precatórios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com esses pagamentos, aproximadamente 343 (trezentos e quarenta e três) credores foram beneficiados diretamente com os recursos liberados para o pagamento de precatórios no ano de 2013. Desse total, foram beneficiados 111 (cento e onze) credores de precatórios do TJAC; 227 (duzentos e vinte e sete) credores de precatórios do TRT da 14ª Região; e 5 (cinco) credores de precatórios do TRF da 1ª Região.

Os pagamentos são realizados em observância à ordem crescente de valor dos precatórios, conforme previsão no parágrafo 8º, inciso II, do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e no artigo 29 da Resolução nº 115/10, do Conselho Nacional de Justiça. s, que devem ser pagos na ordem crescente daqueles de menor para os de maior valor.



3.3. Infraestrutura e tecnologia

Neste tema foram elencadas as iniciativas que visam proporcionar ferramentas, métodos e um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades e atendimento ao cidadão.

Ações Contempladas:

■ Virtualização do 2º Grau e Turmas Recursais

O projeto de virtualização dos processos judiciais, inicialmente projetado para alcançar apenas o 1º grau de jurisdição, foi ampliado para englobar os processos do 2º grau.

O processo de virtualização previu a realização das atividades de configuração dos Fluxos virtuais de todas as unidades de 2º Grau do SAJ/SG, Treinamento de pessoal, implantação do SAJ/SG virtual, escaneamento dos processos, acompanhamento em produção do procedimento cartório.

A virtualização total dos Processos de 2º grau inclui as seguintes áreas/unidades: Turmas Recursais, Câmaras Cíveis, Câmara Criminal, Gabinetes dos Desembargadores, Vice-Presidência e Diretoria Judiciária.

■ Integrar Diário Eletrônico ao SAJ e Instalar o Site Backup e ampliar parque de Storages.

A integração permite a publicação de todo Material do SAJ/PG e SAJ/SG, bem da Administração do Poder Judiciário, integrada ao Diário da Justiça Eletrônico - DJe.

O processo licitatório encontra-se em andamento e custará ao TJAC à importância aproximada de 565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais), cujos recursos, oriundos de convênio junto ao Ministério da Justiça estão disponíveis para uso.

■ Cidade da Justiça em Rio Branco.

O projeto Cidade da Justiça de Rio Branco atende as prerrogativas dos objetivos estratégicos de “Garantir às unidades do judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada” bem como o de “Assegurar ao cidadão acesso à justiça”.

Além disso, está em conformidade com o que determina a Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre “O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário”, em especial a:

- ▶ A política estratégica do tribunal de substituição do uso de imóveis locados ou cedidos por próprios, com ênfase na adequação à prestação jurisdicional; e
- ▶ A política estratégica do tribunal de concentração ou dispersão de sua estrutura física;
- ▶ O Conjunto Arquitetônico da Cidade da Justiça de Rio Branco será construído em uma área de 60.018 m², localizada à Avenida Paulo de Lemos Moura Leite, Portal da Amazônia, Rio Branco-AC, atenderá a quatro objetivos centrais:
- ▶ Aumentar a eficiência dos serviços prestados a Sociedade;
- ▶ Melhorar as condições de trabalho dos magistrados, servidores e demais colaboradores;
- ▶ Gerar economia. Estimativas de mais de 1 milhão ao ano, somente com a eliminação dos gastos com locação de 13 imóveis;
- ▶ Servir como um indutor para o desenvolvimento da região que compreende o novo centro administrativo de Rio Branco.

■ Etapas de implantação do Projeto Cidade da Justiça

O projeto Cidade da Justiça será implantado gradativamente, e acomodará todas as Unidades Judiciárias, administrativas afins e de programas sociais, num conjunto arquitetônico especialmente projetado para proporcionar facilidade de acesso, agilidade, comodidade, segurança institucional e pessoal, economia e integração funcional.

▶ 1ª Etapa: Fórum Criminal

O lançamento da pedra fundamental da obra do ocorreu em 8 de março de 2012, sendo a construção do primeiro bloco destinado ao Fórum Criminal.

Orçado em R\$ 17.296.913,82 milhões, o bloco possuirá 5.070m² de área construída. Composto de quatro pavimentos aloca cerca de 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados.

Esse primeiro bloco será composto por subsolo, térreo, e primeiro, segundo e terceiro pavimentos. Com uma área de 1.076 m², o subsolo abrigará as áreas técnicas, incluindo a que se destina aos jurados.

Também comportará uma garagem com 18 vagas para magistrados, celas para presos (seis masculinas e duas femininas), além de elevador para os detentos, a fim de evitar contato com o público e assegurar maior segurança.

O térreo terá 1.116 m² e compreenderá a recepção, dois Tribunais do Júri e um gabinete. Já as salas de audiências destinadas às conciliações e testemunhas ficarão localizadas no 1º pavimento.

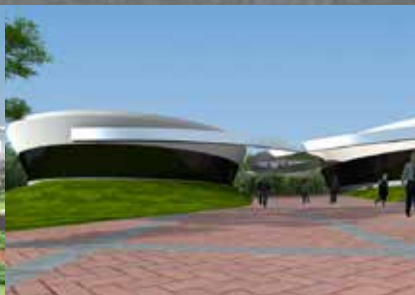




Fórum Cível



Fórum Criminal



Os gabinetes dos juizes serão acomodados no 2º pavimento (são sete no total, com área de 1.076 m²), e mais sete gabinetes no 3º pavimento (com área total de 1.068 m²).

► 2ª Etapa: Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública

O Tribunal de Justiça do Acre e o Governo do Estado celebraram no dia 27 de dezembro de 2013 convênio que irá ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços judiciais. O termo tem como objeto a “soma de esforços para a construção do prédio que abrigará os Juizados Especiais Cíveis e de Fazenda Pública na Cidade da Justiça em Rio Branco”. Para tanto foram alocados o valor de R\$ 18 milhões. A sua conclusão está prevista para o final do ano de 2014.

Localizado na Cidade da Justiça, o prédio tem uma área construída de sete mil metros quadrados, divididos em seis pavimentos destinados a abrigar os Juizados Especiais Cíveis e de Fazenda Pública, de Trânsito, além das Turmas Recursais.

Serão investidos na construção do novo Fórum dos Juizados Especiais aproximadamente R\$ 21 milhões, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Governo do Acre e do próprio Tribunal.

O prédio será erguido com o mesmo conceito arquitetônico do Fórum Criminal, primeiro bloco da Cidade da Justiça, que já está em sua etapa final.

Ao todo, serão seis pavimentos, organizados em uma área total de sete mil metros quadrados, e que vai receber todos os Juizados Cíveis e de Fazenda Pública, de Trânsito, além das Turmas Recursais.

A iniciativa representa mais um importante passo na consolidação de um dos maiores projetos da história da instituição.

3.4. Gestão de pessoas

O tema gestão de pessoas tem por objetivo o desenvolvimento de ações que visem elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade dos magistrados e servidores, bem como potencializar a capacitação necessária para completa prestação de serviços no nível desejado pela sociedade.

Ações Contempladas:

■ Processos seletivos e concursos;

Para a realização dos processos seletivos no ano de 2013, o TJAC contou com um conjunto de recursos (humanos e materiais) próprios, bem como com a parceria com diversas instituições, garantindo a título de cortesia as instalações dos prédios do IFAC, UNOPAR, Escola Veiga Cabral, Secretaria Municipal de Educação (Auditório), Escola Belarmino de Mendonça e UFAC.

A colaboração de 236 servidores foi imprescindível para a consecução dos trabalhos, garantindo a qualidade e economia necessária para os eventos.

Processos seletivos realizados

Total de Processos Seletivos Realizados:	11
Total de Juizes Leigos Aprovados:	20
Total de Conciliadores Aprovados:	64
Total de Estagiários Aprovados:	566
Total de Assistentes Sociais Aprovados:	27
Total de Advogados Aprovados:	08
Total de Psicólogos Aprovados:	08
Total de Agentes Comunitários Aprovados:	19
Total Geral de Aprovados:	712
Total de Juizes Leigos Convocados:	17
Total de Conciliadores Convocados:	06
Total de Estagiários Convocados:	04
Total de Assistentes Sociais Convocados:	0
Total de Advogados Convocados:	0
Total de Psicólogos Convocados:	0
Total de Agentes Comunitários Convocados:	0
Total Geral de Convocados:	27



■ **Implantar o Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário Acreano, objeto da Lei Complementar nº 258/2012.**

Após publicação da Lei que instituiu o PCCR foram realizadas as seguintes atividades: Fevereiro: estudo realizado para diagnosticar o vínculo do servidor com TJ-AC e o tempo de serviço para efeito de enquadramento na curva da maturidade; elaboração da Tabela Salarial com os aumentos progressivos dos servidores, com separação por cargo, classe e nível até setembro/2015. Março: Aplicação da Tabela Salarial no sistema da Folha de Pagamento e reenquadramento dos servidores com aplicação da 1ª parcela de aumento e implementação das normas de eficácia imediata; Agosto: Publicação do Ato nº 004/2013 de enquadramento dos servidores e alimentação nos sistemas de RH e Folha; Setembro: Pagamento da 2ª parcela do PCCR, com atualização do sistema da Folha e RH; Outubro: Resolução nº 04/2013- COJUS, regulamentando os Adicionais de Especializações.

Como resultado das atividades desenvolvidas no ano de 2013, tem-se o seguinte quadro:

- ▶ Enquadramento dos servidores;
- ▶ Aplicação 35% de reajuste do PCCR (20% em março/2013 e 15% setembro/2013);
- ▶ Criação do evento nº 549 - VPNI transitória DIF REM para o cargo de Agente de Segurança e Oficial de Justiça, reestabelecendo a remuneração anterior ao PCCR;
- ▶ Criação do evento nº 568 - VPNI - transitória (ART. 47 A - LCE Nº 258/2013) destinada aos servidores efetivos ocupantes de cargos em comissão que sofreram decréscimo remuneratório com a nova estrutura;
- ▶ Implementação da Resolução nº 03/2013, opção em receber 25% do cargo em comissão em que se encontra investido;
- ▶ Inclusão em folha dos Adicionais de Especializações: Capacitação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado - Regulamentado pela Resolução nº 04/2013- COJUS.

■ **Garantir Programa Sistemático de Capacitação do Capital Social, com ênfase nos cursos de pós-graduação.**

Cabe a, a implementação do plano estratégico de capacitação do Poder Judiciário em conformidade com a Lei Complementar nº 257 de 29 de janeiro de 2013.

O Plano Estratégico de Capacitação do Poder Judiciário do Estado do Acre, desenhado para o biênio 2013/2015, foi pautado pelas diretrizes gerais e atos normativos do Conselho Nacional de Justiça(CNJ), pelas orientações da Escola Nacional de Formação Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário (Ceajud), cabendo sua execução a Escola do Poder Judiciária (ESJUD).

Assim, visando potencializar as ações formativas, a ESJUD empreendeu atuação conjunta e articulada com outros órgãos públicos e escolas judiciais para otimizar a utilização dos recursos e possibilitar o seu compartilhamento, bem como conferir celeridade ao cumprimento das metas estabelecidas para o exercício.

Além disso, o órgão de ensino foi além. Na perspectiva de desempenhar o seu papel social promoveu, também, atividades de extensão na comunidade escolar, buscando a inclusão de aspectos humanos na educação das crianças focados na difusão da cidadania.

O planejamento das ações para o exercício 2013, exigiu o alinhamento das necessidades de capacitação apontadas pelas unidades judiciárias e administrativas com os objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça, resultando em quatro modalidades de ensino: formação inicial, formação oficial (sexta etapa do concurso para o ingresso na carreira da magistratura), formação continuada e formação de formadores com vistas à excelência técnica imposta pela nova ordem jurídica.

A tabela abaixo apresenta os dados oficiais quantitativos das ações formativas (cursos, atividades de multiplicação e oficinas), realizadas no período de março a dezembro de 2013, que somam um total de 47 (quarenta e sete) ações correspondendo a 1.126 (mil cento e vinte e seis) horas-aulas. Os números confirmam a preocupação da administração do Tribunal de Justiça com a qualificação de magistrados e servidores e também em ao cumprimento das demandas do Conselho Nacional de Justiça. Vide dados abaixo.

EXERCÍCIO 2013 RESULTADO DAS AÇÕES POR MODALIDADE DE ENSINO					
MODALIDADE	QTD	C/H	VAGAS OFERTADAS	Nº DE INSCRITOS	CONCLUDENTES
Formação inicial	2	16	81	81	71
Formação oficial	1	524	11	11	11
Formação continuada	42	538	1698	1652	1080
Formação de formadores	3	48	100	115	55
TOTAL	48	1126	1890	1859	1217

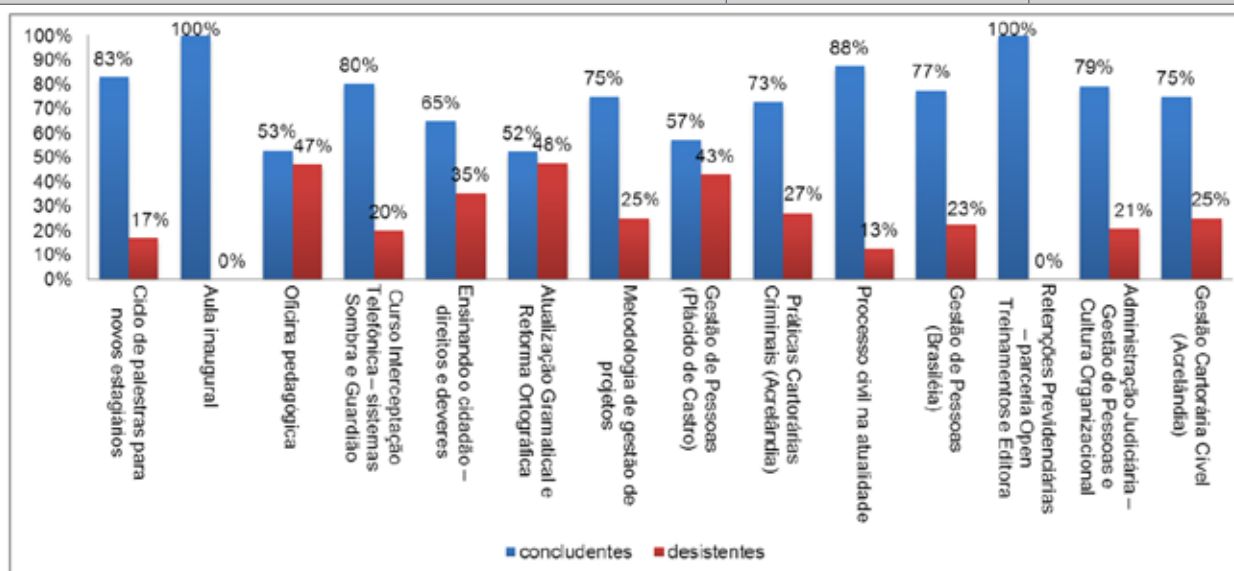
Formação Inicial

CURSO	CONCLUDENTES	DESISTENTES
1º Ciclo de Palestras Para Novos Estagiários	59	10
2º Ciclo de Palestras Para Novos Estagiários	22	0
TOTAL	81	10

Formação continuada (2º trimestre).

CURSO	CONCLUDENTES	DESISTENTES
1º. Ciclo de palestras para novos estagiários	49	10
Aula inaugural da Esjud	327	0
Oficina Pedagógica (1º. Módulo)	27	24
Interceptação Telefônica – Sombra e Guardião	73	18
Ensinando o Cidadão – Direitos e Deveres	11	6
Atualização Gramatical e Reforma Ortográfica	11	10
Metodologia de Gestão de Projetos	15	5

Gestão de Pessoas (Plácido de Castro)	16	12
Práticas Cartorárias Criminais (Acrelândia)	8	3
Processo Civil na Atualidade	63	9
Gestão de Pessoas (Brasiléia)	24	7
Retenções Previdenciárias – parceria Open	17	0
Administração Judiciária – Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional	46	12
Gestão Cartorária Cível (Acrelândia)	9	3
TOTAL	696	119

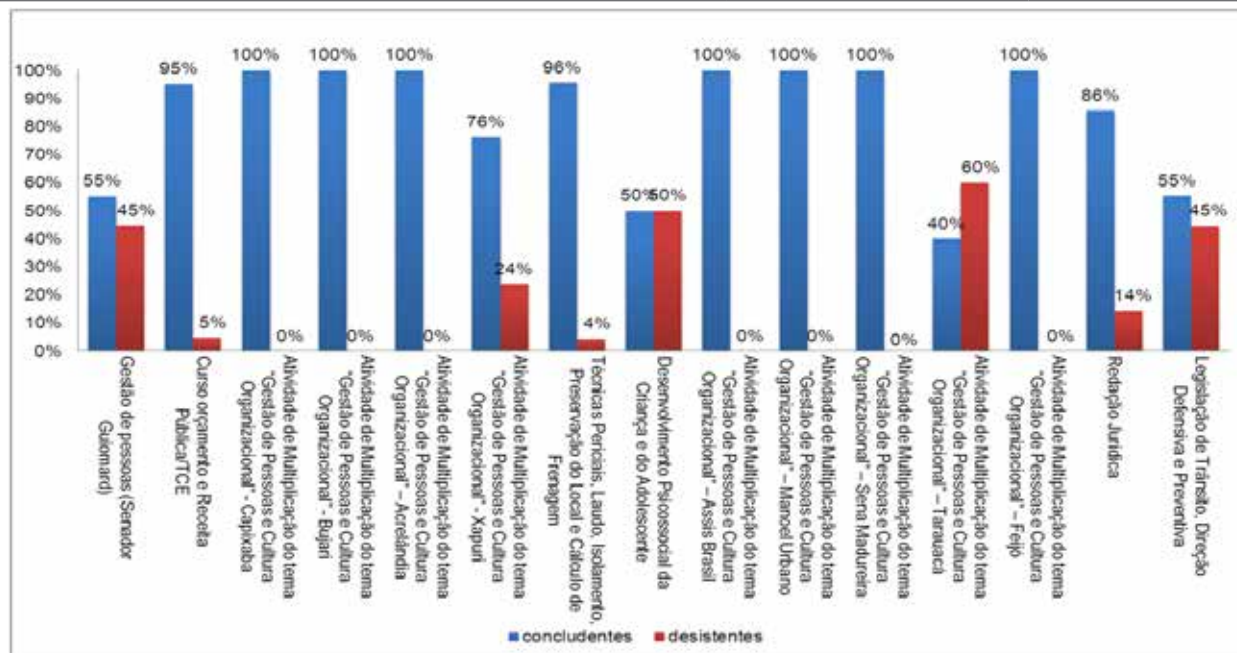


Formação continuada (3º Trimestre).

CURSO	CONCLUDENTES	DESISTENTES
Gestão de Pessoas (Senador Guiomard)	16	13
Curso Orçamento e Receita Pública/TCE	59	3
Multiplicação “Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional” - Capixaba	9	0
Multiplicação “Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional” - Bujari	11	0

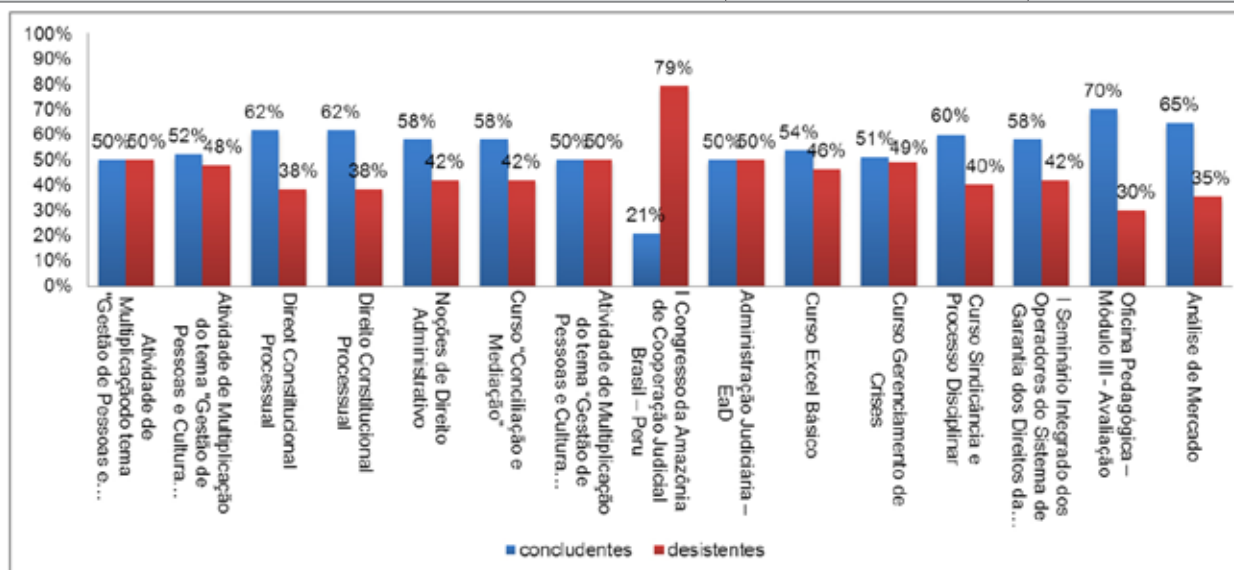
3. RECURSOS

Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Acrelândia	11	0
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" - Xapuri	16	5
Técnicas Periciais, Laudo, Isolamento, Preservação e Cálculo de Frenagem	22	1
Desenvolvimento Psicossocial da Criança e do Adolescente	6	6
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Assis Brasil	8	0
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Manoel Urbano	10	0
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Sena Madureira	13	0
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Tarauacá	14	21
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Feijó	16	0
Redação Jurídica	54	9
Legislação de Trânsito, Direção Defensiva e Preventiva	26	21
TOTAL	291	79



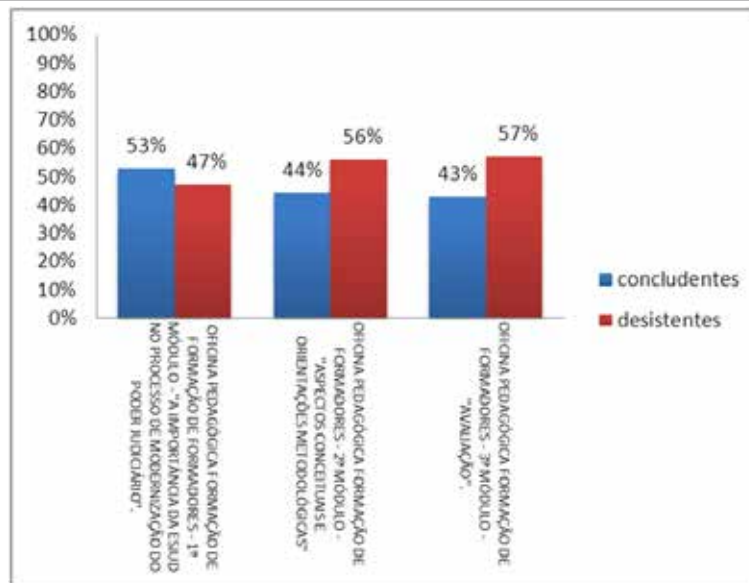
Formação continuada (4º Trimestre)

CURSO	CONCLUDENTES	DESISTENTES
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Epitaciolândia	6	0
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Mâncio Lima	11	1
Direito Constitucional Processual	49	30
Noções de Direito Administrativo	78	30
Curso "Conciliação e Mediação"	50	19
Multiplicação "Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional" – Cruzeiro do Sul	8	0
Administração Judiciária – EaD	22	0
Curso Excel Básico	13	2
Curso Gerenciamento de Crises	44	2
Curso Sindicância e Processo Disciplinar	18	9
Análise de Mercado	17	14
TOTAL	316	107



Formação de Formadores

CURSO	CONCLUDENTES	DESISTENTES
Oficina Pedagógica - 1º módulo - "A Importância da Esjud no Processo de Modernização do Poder Judiciário".	27	24
Oficina Pedagógica - 2º módulo - "Aspectos Conceituais e Orientações Metodológicas"	19	24
Oficina Pedagógica - 3º módulo - "avaliação".	9	12
TOTAL	55	60



No tocante aos programas de capacitação apresentados, os cursos ofertados tiveram, na sua maioria, avaliação positiva por parte dos magistrados e servidores, o que respalda o esforço e qualidade dedicados. Vide avaliação no gráfico abaixo.

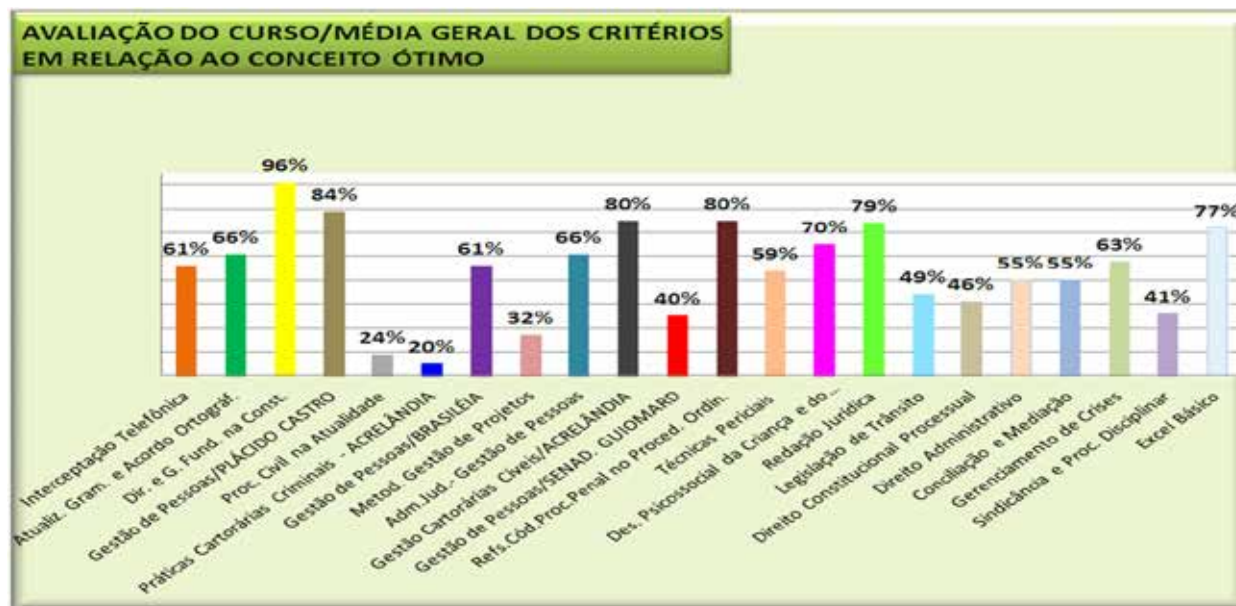


TABELA: Custos incorridos no programa de capacitação

Ordem	Cursos	Honorários (R\$)	Hospedagem (R\$)	Passagem (R\$)	Lanche (R\$)	Diária (R\$)	Total (R\$)
1	1º Ciclo de palestras para novos estagiários				924,00		924,00
2	Aula Inaugural "Os vários Olhares do Direito da Criança e do Adolescente"			1.439,08	-		1.439,08
3	Oficina Pedagógica – Módulo 1				1.680,00		1.680,00
4	Curso Interceptação Telefônica – Sistemas Sombra e Guardião			571,13	4.704,00	4858,70	10.133,83
5	Curso Ensinando o Cidadão – Direitos e Deveres				2.016,00	535,50	2.551,50
6	Curso Atualização Gramatical e Reforma Ortográfica	1.800,00			4.704,00		6.504,00
7	Curso Metodologia de Gestão de Projetos				1.142,40		
8	Curso Gestão de Pessoas (Plácido de Castro)				1.209,60		

09	Curso Práticas Cartorárias Criminais (Acrelândia)				1.461,60	160,65	1.621,65
10	Curso Processo Civil na Atualidade	21.000,00		1708,14	4.032,00	5.699,45	32.439,59
11	Curso Gestão de Pessoas (Brasileia)				1.360,80	714,00	2.074,80
12	Curso Administração Judiciária – Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional	21.000,00	915,00		4.032,00	5.105,10	31.052,10
13	Curso Gestão Cartorária Cível (Acrelândia)				3.024,00	214,20	3.238,20
14	Curso Reforma do Código do Processo Penal	21.000,00		1374,16	4.032,00	14.762,80	41.168,96
15	Curso Gestão de Pessoas (Senador Guiomard)				369,60	214,20	583,80
16	Oficina Pedagógica – Módulo 2	3.600,00			2.016,00	1.071,00	6.687,00
17	2º Ciclo de Palestras para novos Estagiários				369,60		369,60
18	Curso Oficial de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura	22.000,00	5.155,00	12.288,03	14.599,20		54.042,23
19	Curso Técnicas periciais, laudo, isolamento, preservação do local e cálculo de frenagem	6.600,00			3.696,00	2.553,30	12.849,30
20	Curso Desenvolvimento Psicossocial da Criança e do Adolescente				504,00		504,00
21	Redação Jurídica	4.800,00	870,00	2.406,89	4.032,00	6.647,05	18.755,94
22	Curso Legislação de Trânsito, Direção Defensiva e preventiva				2.620,80	6.426,80	9.047,60
23	WORKSHOP E PALESTRA - "Os desafios do Poder Judiciário no tratamento da Violência Doméstica e "Familiar".				672,00		672,00
24	Palestra "A Violência Doméstica e Familiar: desafios, avanços e possibilidades".			2.718,43	-		2.718,43
25	Curso Direito Constitucional Processual	6.000,00	972,00	4.927,60	5.376,00	11.149,95	28.425,55
26	Curso Noções de Direito Administrativo				1.008,00	5.086,90	6.094,90
27	Curso Conciliação e Mediação				2.520,00	6.354,60	8.874,60

3. RECURSOS

2014
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

28	I Congresso da Amazônia de Cooperação Judicial Brasil – Peru			551,78	6720,00		7.271,80
30	Excel Básico Curso Gerenciamento de Crises			551,78	2.217,60 2.520,00	428,40 7.871,85	2.646,00 10.391,85
31	Sindicância e Processo Disciplinar				1.680,00	4.980,15	6.660,15
32	I Seminário Integrado dos Operadores dos Sistemas de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente			941,10	8.400,00	13.862,00	23.203,10
33	Oficina Pedagógica – 3º Módulo (Avaliação)	3.600,00			756,00		4.356,00
34	Análise de Mercado	-			-		
Total:	34 cursos	111.400,00	7.912,00	29.478,12	94.399,20	98.696,60	338.981,06



Desempenho Estratégico

4



4. DESEMPENHO ESTRATÉGICO



4.1. Mapa Estratégico



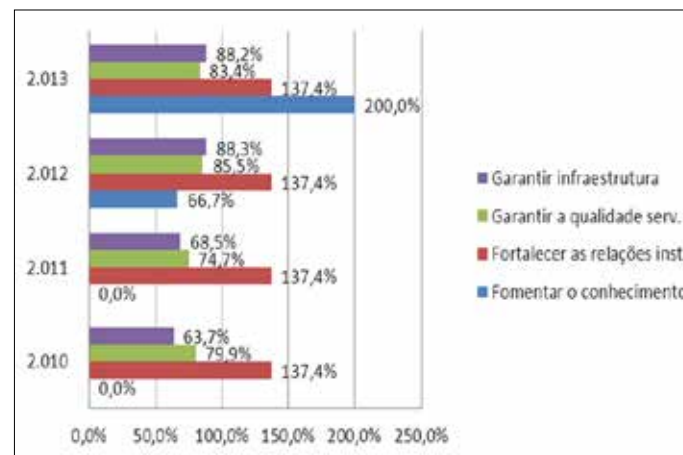
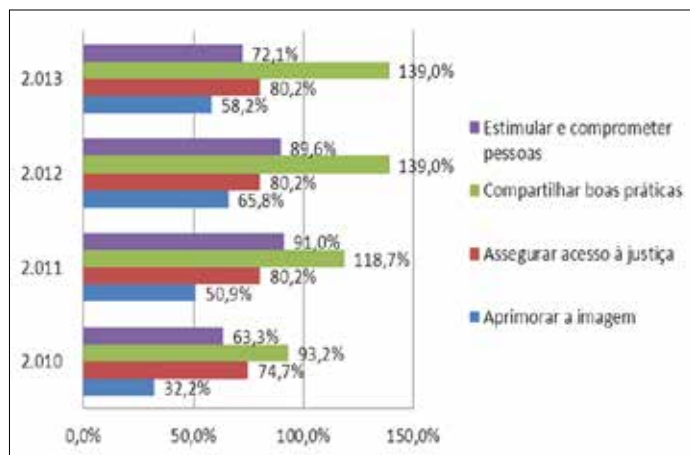
a. Avaliação do Mapa Estratégico

O desempenho institucional refere-se tanto ao valor agregado às partes interessadas pela instituição quanto à realização das estratégias institucionais propriamente ditas. O objetivo da avaliação do desempenho é saber se a instituição está se desenvolvendo no ritmo adequado aos seus objetivos.

Nesse sentido, o resultado de cada objetivo estratégico que é representado pelo esforço despendido durante o ano e medido através dos indicadores a ele relacionado. Dessa forma, passa-se a ter uma visão clara de como caminham as iniciativas que contribuem com os mesmos.

Para o ano de 2014, o desempenho mínimo esperado para cada indicador que compõe esses objetivos é de 85% em relação à meta fixada. Assim, percorrendo nessa análise, pode-se observar que os resultados dos objetivos, obtidos pela média ponderada dos indicadores, superaram essa marca, enquanto que seis objetivos se encontram dentro da margem de atenção (>50%<85%). Nenhum objetivo se encontra com resultado crítico – abaixo de 50%.

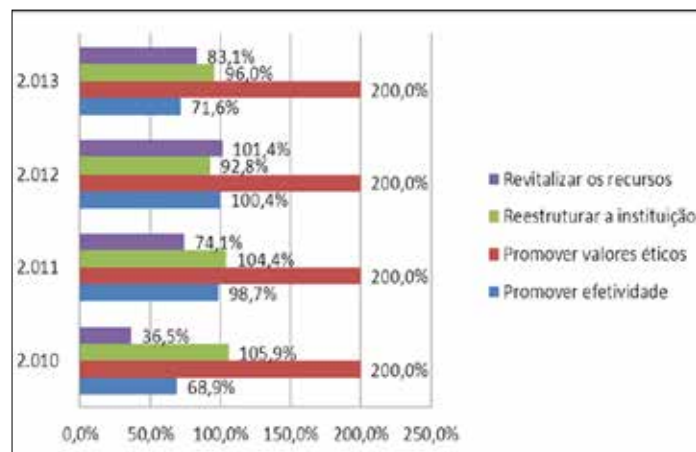
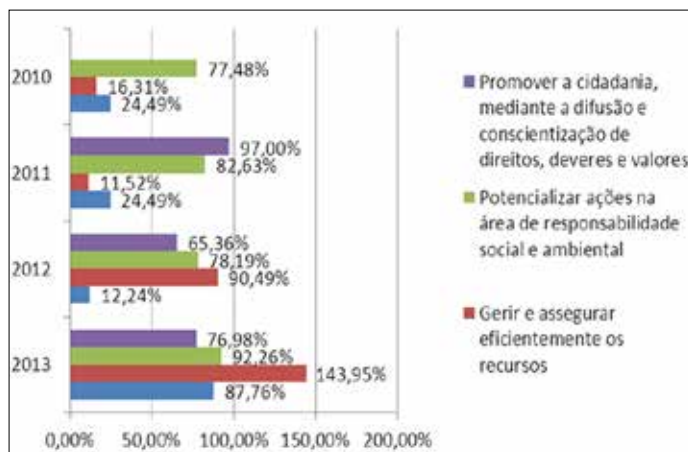
O gráfico abaixo é possível observar o comportamento dos objetivos nos últimos quatro anos.



4. DESEMPENHO ESTRATÉGICO

2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE



Considerando os objetivos estratégicos que se encontram abaixo da meta de desempenho, 85% de cumprimento, merecem atenção no próximo exercício as iniciativas abaixo elencadas:

- ▶ Aumentar o número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais;
- ▶ Realizar a pesquisa institucional;
- ▶ Elaborar e executar o Plano de Comunicação da Estratégia;
- ▶ Construção de dois fóruns (duas Comarcas);
- ▶ Reduzir o número de faltas dos servidores;
- ▶ Racionalizar o consumo de energia elétrica;
- ▶ Reduzir a taxa de congestionamento nos Juizados e Turmas Recursais;
- ▶ Ampliar a capacitação de servidores e magistrados.

4.2. Metas Nacionais

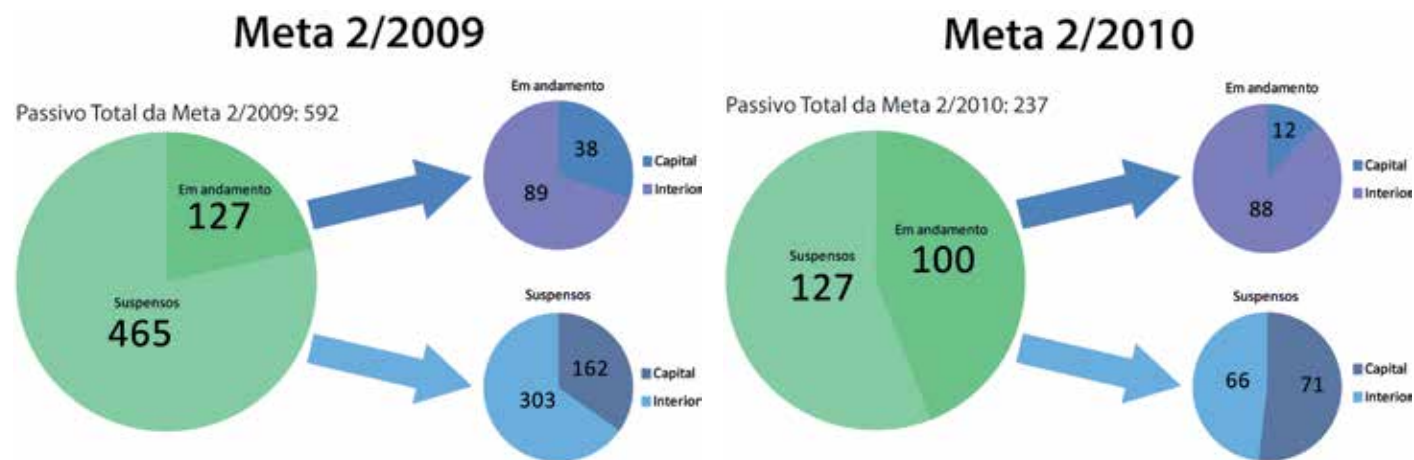
As metas nacionais do Poder Judiciário, inicialmente metas de nivelamento, foram definidas pela primeira vez no 2º Encontro Nacional do Judiciário, que aconteceu em Belo Horizonte – MG, em 2009.

Nesse ano, o grande destaque foi a Meta 2, que determinou aos tribunais que identificassem e julgassem os processos judiciais mais antigos, distribuídos aos magistrados até 31.12.2005.

A partir daí, anualmente o CNJ tem lançado novas metas e mantido aquelas que continuavam pendentes de cumprimento, para serem perseguidas pelos tribunais.

Para fazer frente a esse desafio, a Administração desenvolveu uma série de ferramentas para tratamento dos dados estatísticos e produção de relatórios analíticos com vistas a subsidiar os gestores das Unidades na tomada de decisão. Além disso, foram realizadas reuniões mensais com os gestores das metas, oportunidade em que esses relatórios eram apresentados e discutidos, oportunizando as ações necessárias para se chegar ao resultado esperado.

Nesse sentido, no ano de 2013 foram acompanhadas as metas abaixo relacionadas.



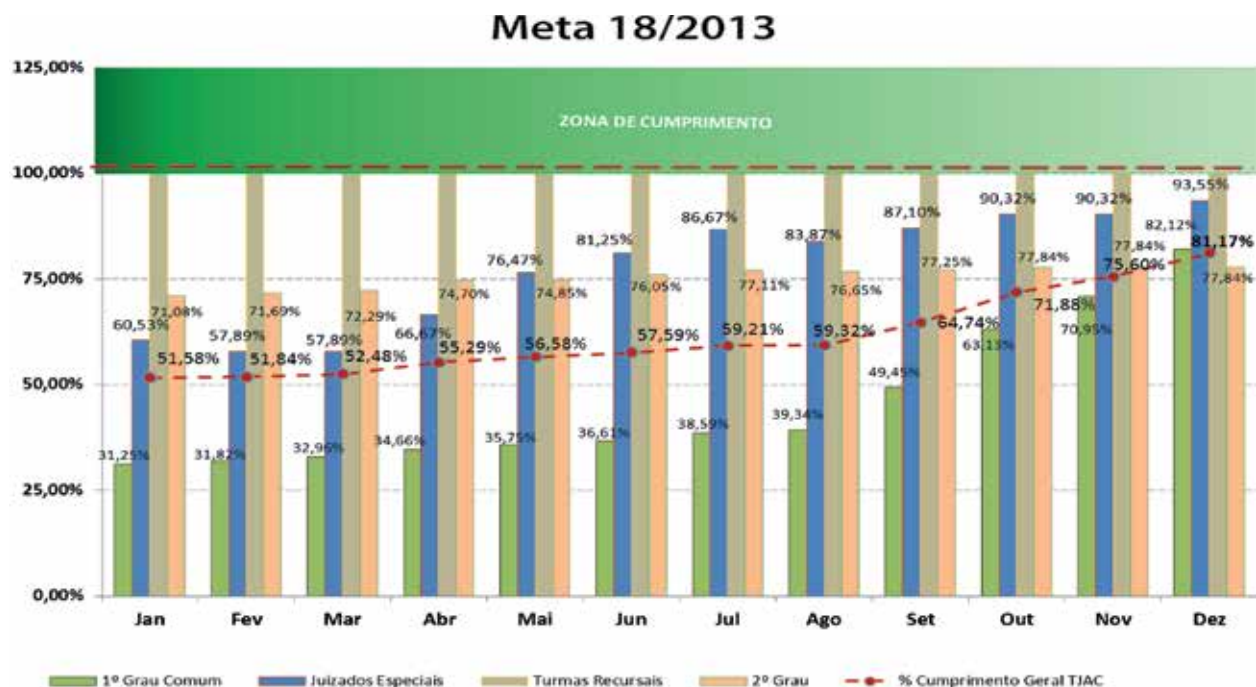
Avaliação: Tanto a meta 2/2009 quanto a meta 2/2010 tiveram a maior parte de seu acervo julgado durante a vigência da meta,

4. DESEMPENHO ESTRATÉGICO

2014
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

todavia ainda há um passivo pendente de julgamento, mas que em sua maioria é representada por processos suspensos, que dada à peculiaridade não é possível torná-los ativos e dar continuidade no julgamento.

Segmentos de justiça	Processos distribuídos	Processos julgados	Processos saídos meta por cancelamento ou remessa outro tribunal	Pendentes de julgamento para o cumprimento da meta	Índice de cumprimento da meta
1º Grau comum	32.770	27.526	96	5.148	84,24%
Juizados especiais cíveis e criminais	38.043	30.550	0	7.493	80,30%
Turmas recursais	4.088	3.146	0	942	76,96%
2º Grau	5.454	4.537	46	868	83,94%
Total	80.352	65.759	142	14.451	81,98%



Avaliação: A meta 1/2013 tem como desafio Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano. O objetivo é fazer com as unidades jurisdicionais tenham a capacidade de julgar mais processos do que o que os que entram, forçando a diminuição do estoque (processos pendentes de outros anos).



Nesse aspecto, apesar de não ter sido cumprida, é notório o desempenho das unidades durante o ano, pois saímos de um percentual de 51% em janeiro, para 81,17% em dezembro.

ENASP - Meta 4



Unidades	Em Andamento
Rio Branco 1ª Vara do Tribunal do Júri	1
	0007532-58.1999.8.01.0001
	0018712-27.2006.8.01.0001*
Cruzeiro do Sul 1ª Vara do Tribunal do Júri	3
	0000123-57.2001.8.01.0002
	0000331-36.2004.8.01.0002
	0000612-55.2005.8.01.0002

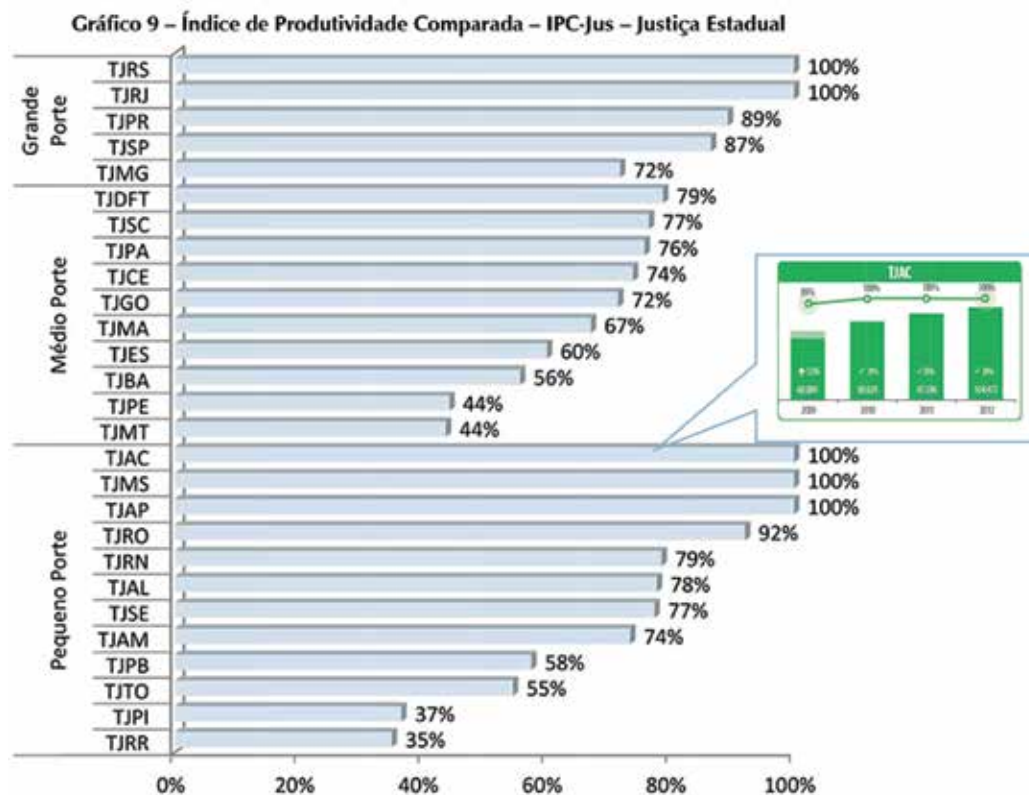
4.3. Justiça em Números

O relatório da Pesquisa Justiça em Números 2013, divulgado em outubro de 2013, apontou o Tribunal de Justiça do Acre como um dos mais eficientes do Brasil.

De acordo com o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), utilizado pelo levantamento para aferir a qualidade dos tribunais, o TJAC é um dos grandes destaques no quesito eficiência. De acordo com o índice o TJAC, mantém grau de eficiência de 100% entre os anos de 2010 a 2012.

Este índice é obtido a partir dos dados da Justiça em Números e depois comparado entre os tribunais do mesmo porte através do modelo de Análise Envoltória de Dados – DEA.

A análise comparada que determina o IPC-JUS, leva em conta as variáveis de input (entradas) e output (saídas). Dentre as variáveis de entrada cita-se: bens e serviços, força de trabalho, tecnologia. Quanto as variáveis de saída cita-se: taxa de congestionamento, produtividade, atendimento à demanda, dentre outros.



No que tange a taxa de congestionamento, o TJAC foi considerado paradigma com resultado de 40%, na relação de inputs x outputs e no comparativo com os demais Tribunais



www.tjac.jus.br